



UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO SALVADOR
UCSAL

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS E
CIDADANIA**

ELISIO SANTOS MAGALHÃES SERPA PEREIRA

**A CONTRIBUIÇÃO SOCIOPOLÍTICA DAS PASTORAIS SOCIAIS NA
CIDADE DO SALVADOR-BAHIA
2019-2021**

Salvador

2022

ELISIO SANTOS MAGALHÃES SERPA PEREIRA

**A CONTRIBUIÇÃO SOCIOPOLÍTICA DAS PASTORAIS SOCIAIS NA
CIDADE DO SALVADOR-BA
2019-2021**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador, como critério parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dr.^a. *Maria de Fátima Pessoa Lepikson.*

Salvador

2022

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica. UCSAL. Sistema de Bibliotecas

P436 Pereira, Elisio Santos Magalhães Serpa

A contribuição sociopolítica das Pastorais Sociais na cidade do Salvador -
Bahia, 2019-2021 / Elisio Santos Magalhães Serpa Pereira. – Salvador, 2022.
93 f.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Pessoa Lepikson.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria
de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania.

1. Pastoral Social 2. Promoção Humana 3. Participação Social
4. Formação Sociopolítica I. Lepikson, Maria de Fátima Pessoa – Orientadora
II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-
Graduação III. Título.

CDU 256

TERMO DE APROVAÇÃO

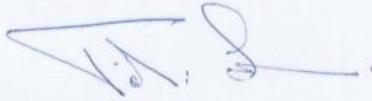
ELÍSIO SANTOS MAGALHÃES SERPA PEREIRA

**“A CONTRIBUIÇÃO SOCIOPOLÍTICA DAS PASTORAIS SOCIAIS NA CIDADE DE
SALVADOR-BAHIA 2019-2021”**

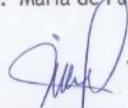
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em
Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 16 de dezembro de 2022.

Banca Examinadora:



Prof. Dra. Maria de Fátima Pessoa Lepikson - UCSAL (Orientadora)



Prof. Dr. José Jorge Rocha - UCSAL



Prof. Dr. Roberto Carlos Vieira - UNEB

Dedico estas singelas páginas à minha Família, onde, por graça de Deus, experimentei o primeiro sabor da vida comunitária e aprendi, na “luta diária” dos meus pais, o caminho do diálogo, do respeito e da acolhida para com o diferente; dedico e partilho desta pesquisa com todos os operários da messe do Senhor que trabalham pelo Reino de Justiça e Paz nesta Igreja Particular de São Salvador da Bahia; dedico e ofereço esta reflexão à “Mãe do céu morena, Senhora da América Latina, de olhar e caridade tão divina, de cor igual a cor de tantas raças. Virgem tão serena, Senhora destes povos tão sofridos, patrona dos pequenos e oprimidos, derrama sobre nós as tuas graças. Derrama sobre os jovens tua luz, aos pobres vem mostrar o teu Jesus, ao mundo inteiro traz o teu amor de mãe. Ensina quem tem tudo a partilhar, ensina quem tem pouco a não cansar, e faz o nosso povo caminhar em paz [...]”¹.

¹ Trecho da canção “Mãe do céu morena”. Disponível em: <https://www.letas.mus.br/padre-zezinho/180406/>. Acesso em: 18 nov 2022.

AGRADECIMENTOS

Meu coração será sempre agradecido ao Bom e Misericordioso Deus, Unidade na Trindade, modelo perfeito de comunidade, nossa meta, nosso desejo e nosso repouso depois desta caminhada efêmera.

À Santíssima Virgem Maria, Senhora de Guadalupe, por me guardar sob seu olhar de Mãe e Rainha, amparando-me sob o manto sagrado. Na sua escola, querida mãe, vou aprendendo a ser discípulo missionário do teu amado Filho, colaborando na edificação do Reino de JUSTIÇA E PAZ.

Aos meus pais, Adalto e Nádia, às minhas irmãs, Ananda e Adelle, às minhas sobrinhas Alana e Ayla. Minha querida família, minha eterna gratidão pela palavra, pelo incentivo, pela presença constante. Com vocês, aprendi a dar os primeiros passos em busca da Jerusalém Celeste, onde um dia chegaremos e, em Deus, eternamente seremos felizes, vivendo a verdadeira Vida.

À Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guadalupe, minha mãe na Fé e na Vocação. Nesta Comunidade de Fé, fui aprendendo que, fraternidade, humildade e defesa da vida e, vida digna, com corresponsabilidade revela o compromisso com o Reino. Ao querido e amado Côn. José Carlos, pelo testemunho de coragem e luta.

Aos meus amigos de caminhada, irmãos no sacerdócio de Jesus, nos queridos Pe. Anderson Freitas e Pe. Márcio Augusto. Agradeço a todos pela presença cirineia e samaritana.

Aos que iniciaram comigo este caminho, a 16ª Turma deste PPG-PSC, meu respeito e minha gratidão pela disponibilidade de seguir sempre. Em especial, agradeço aos que, comigo, fizeram o caminho de Emaús: Marcos Paranhos, Matheus Martins, Lícia Reis, Tereza Damasceno, Cláudio Queiroz, Carolina Danneman e Daniele Fortunato.

À Arquidiocese de São Salvador da Bahia, Igreja na qual nasci para a vida nova em Cristo, minha sincera gratidão. No serviço a esta Igreja Particular, vou buscando ser instrumento de construção do Reino, colaborando para que nossa Arquidiocese seja, a cada dia, “Primaz na Caridade”.

À ASA, nos funcionários e colaboradores, pela atenção, cuidado e disposição de auxiliar com solicitude e ternura. Obrigado por ser o “guarda-chuva” da ação social na Igreja de Salvador.

Ao Cardeal D. Sérgio da Rocha, meu Pastor Diocesano, quero agradecer por acolher e permitir esta experiência de pesquisa que me possibilitou o diálogo transversal.

À Universidade Católica do Salvador, casa do saber científico, bem como, aos funcionários, professores e colaboradores do Programa de Políticas Sociais e Cidadania.

Ao saudoso Pe. Maurício Ferreira da Silva (*in memoriam*), obrigado por escutar meu coração, testemunhar amor e fidelidade a Cristo e à sua Igreja. Descanse em Paz!

À tão querida, Prof. Fátima Lepikson, que aceitou o desafio de me auxiliar e abraçou comigo este projeto; à senhora, minha admiração e estima, obrigado pela confiança e paciência. Ao Prof. Dr. Fr. Jorge Rocha e, ao Prof. Dr. Roberto Carlos Vieira, pelas contribuições.

Aos bons e verdadeiros amigos, somente quero agradecer a Deus por tê-los colocado em meu caminho, tenho certeza de que nossa amizade é fruto do desejo de Deus. Obrigado por serem presentes mesmo quando eu fui ausente.

Quero, por fim, agradecer às Pastorais Sociais da amada Arquidiocese de São Salvador da Bahia. Dirijo-me a todos os seus agentes e colaboradores, que se comprometem e colaboram com “[...] um só sentimento em favor dos pequenos; e o desejo feliz de tornar o país mais irmão e fraterno. Vão fazer de nós, povo do Senhor; construtores do amor, operários da paz [...]”². A todos e a cada um, muito obrigado!

² Trecho do Hino da Campanha da Fraternidade 2002. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/cnbb/1118473/>. Acesso em: 18 nov 2022.

*Desta forma, fundamentadas na Doutrina Social da Igreja,
as pastorais atuam na construção do Reino,
na busca de promover o humanismo integral e solidário,
até que Ele venha (cf. Mt 24, 43-44),
e nós vivamos na sua eternidade.*

PEREIRA, Elisio Santos Magalhães Serpa. **A contribuição sociopolítica das Pastorais Sociais na cidade do Salvador-Bahia, 2019-2021**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) – Universidade Católica do Salvador - Salvador, 2022.

RESUMO

Esta pesquisa se propõe apresentar a contribuição que o trabalho desenvolvido pelas pastorais sociais na Cidade do Salvador, através da ASA – Ação Social Arquidiocesana – oferece no enfrentamento das manifestações da questão social. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo exploratório, com análise documental. Foi possível, entender o processo da gênese das pastorais, a partir, do importante e necessário diálogo interdisciplinar da Teologia com as Ciências Humanas. Logo, se é apresentado, a contribuição sociopolítica das pastorais com a reflexão de autores tais como Lowy e Gohn. Todavia, para alcance de seu objetivo, foi necessário um contato com as fontes primárias do trabalho desenvolvido na Cidade do Salvador, através de Relatórios e Documentos da ASA, permitindo uma análise com recorte nos de anos de 2019-2021.

Palavras-chave: Pastoral Social. Promoção Humana. Participação Social. Formação Sociopolítica.

PEREIRA, Elisio Santos Magalhães Serpa. **The sociopolitical contribution of the Social Pastorals in the city of Salvador-Bahia, 2019-2021**. Dissertation (Master's in Social Politics and Citizenship) – Catholic University of Salvador. Salvador, 2022.

ABSTRACT

This research aims to present the contribution that the work developed by the social pastorals in the city of Salvador-BA through ASA – Archdiocesan Social Action – provides in the confrontation of the manifestations of social matter. This is an exploratory qualitative approach research with documental analysis. It was possible to understand the process of the genesis of the pastorals, based on the important and necessary interdisciplinary dialogue between Theology and the Human Sciences. Therefore, the sociopolitical contribution of the pastorals is presented with the theoretical reflections of authors such as Lowy and Gohn. However, in order to reach its objective, it was necessary to contact the primary sources of the work carried out in the city of Salvador, through ASA Reports and Documents, allowing an analysis with focus on the years 2019-2021.

Keywords: Social Pastoral. Human Promotion. Social Participation. Sociopolitical Formation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS:

AL – América Latina

ASA – Ação Social Arquidiocesana

CEB's – Comunidades Eclesiais de Base

CEBAS – Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social na Área de Educação

CELAM – Conselho Episcopal Latino-Americano e do Caribe

CEPAST – Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Social Transformadora

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CSDI – Compêndio da Doutrina Social da Igreja

CVII – Concílio Vaticano II

DSI – Doutrina Social da Igreja

EAm – Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Ecclesia in America*

FSM – Fórum Social Mundial

FT – *Fratelli Tutti*

GS – *Gaudium et Spes*

MS – Movimentos Sociais

NMI – Novo Milênio *Ineunte*

TdL³ – Teologia da Libertação

³ Nesta pesquisa utilizaremos a sigla original para representar a Teologia da Libertação.

SUMÁRIO:

| | |
|---|----|
| I – INTRODUÇÃO | 12 |
| Cap. II – PASTORAIS SOCIAIS | 20 |
| 2.1 - Pastorais Sociais na América Latina..... | 20 |
| 2.2 - Pastorais Sociais no Brasil..... | 25 |
| Cap. III – PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DAS PASTORAIS | 36 |
| 3.1 - Participação e Compromisso Sociopolítico..... | 36 |
| 3.2 - Participação Sociopolítica na defesa dos Direitos Sociais..... | 42 |
| Cap. IV – AS CONTRIBUIÇÕES DA PASTORAL SOCIAL NA ARQUIDIOCESE DE SÃO SALVADOR DA BAHIA | 50 |
| 4.1 - A Organização do trabalho das Pastorais Sociais em Salvador..... | 50 |
| 4.2 - O trabalho das Pastorais Sociais em Salvador: Ações concretas para a Promoção Humana nos anos de 2019-2021..... | 61 |
| Considerações Finais | 80 |
| Referências | 82 |
| ANEXOS | 90 |

I – Introdução

A práxis pastoral encontra o seu fundamento na capacidade de ação do sujeito em busca de transformação. Todavia, quando se pensa na pastoral enquanto meio que favorece a autonomia do sujeito, ser de transformação social, esta reflexão, é ainda mais relevante, sobretudo, em um país marcado pelas inúmeras desigualdades sociais motivadas por uma política neoliberal que, conforme nos recorda Ferraro (2007, p. 22) “intensificou o processo de exclusão social no mundo todo”.

A defesa dos direitos fundamentais da pessoa é ainda mais salientada e evidenciada quando contemplada sob a luz do trabalho de engajamento social promovido pelas pastorais sociais que, amparada pela Doutrina Social da Igreja Católica, é identificada “no clamor que vem do chão, no grito sufocado dos povos empobrecidos e deixados à margem da história” (CNBB, 2003). De modo participativo e preocupadas com os grupos de excluídos e inseridas nas periferias, as pastorais sociais buscam unir forças, em diálogo colaborativo, na defesa do bem comum, numa perspectiva solidária, sobretudo, “considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade [...]” (DUDH, p. 2).

A chamada “Doutrina Social” (DS) se insere somente no século XIX e meados do séc. XX, marcados por transformações sociais oriundas da Revolução Francesa (1789) e a sua busca por igualdade, liberdade e fraternidade, e, posteriormente, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. É neste contexto que, em 1891, com a Carta Encíclica *Rerum Novarum*, o Papa Leão XIII oferece à Igreja o primeiro documento oficial do magistério eclesial sobre o ensino social cristão enquanto resposta estruturada em consonância com a organização e mobilização dos operários, um sinal de compromisso e sensibilidade às causas sociais. Aqui acontece o que se chama de uma primeira “debruçada da Igreja para fora”, lançando um olhar sobre a realidade de modo pontual, conforme nos afirma Vieira (2013, p. 19-20).

Desde então, muitos foram os documentos, cartas, pronunciamentos, mensagens e discursos que iluminaram a prática social em diálogo com o

mundo, sendo os Documentos mais atuais as Encíclicas *Laudato Si* (2015) e *Fratelli Tutti* (2020), do Papa Francisco sobre “o cuidado com a casa comum e a amizade social”, respectivamente. Neste sentido, o ensinamento social busca elucidar, no respeito à dignidade humana, que a cooperação social pode promover a colaboração com o bem comum; desta forma, a ensino social atua em vista de colaborar na humanização do sujeito em vista de sua participação social e coletiva.

No Brasil, de modo específico, nas décadas de 60/70, a luta por direitos sociais e a busca de propor a construção de um novo projeto social ganharam motivação especial no trabalho das Comunidades Eclesiais de Base - CEB's - que, fundamentadas no compromisso e na busca de transformação social, mediante a participação sociopolítica, respondendo aos apelos, necessidades e urgências das comunidades em situação de exclusão social da América Latina, em um continente com profundas desigualdades sociais, favoreceram a ação/criação das pastorais sociais, conforme Cláudia da Silva (2006, p. 330) nos indica.

Vale ressaltar, contudo, que este movimento de abertura e sensibilidade com as “dores e problemas sociais”, ganha força renovadora com o Concílio Vaticano II. Refletindo sobre a importância deste evento, Brighenti (2011, p. 32) recorda que o Concílio Vaticano II - CVII - indicou “[...] o desejo de renovação e de reconciliação com a Modernidade, de superação de uma postura apologética, para uma atitude de diálogo e serviço diante do mundo [...]” e, continua afirmando as contribuições do Concílio “Um passo importante é o respeito pela autonomia temporal e o diálogo com as ciências – nesse particular, com as ciências do social” (idem, p. 33).

Todavia, esta abertura e sensibilidade para com as “dores”, e as diferentes manifestações da questão social acontece, pois, a Ciência Teológica numa perspectiva interdisciplinar, recebe das Ciências Sociais um caminho metodológico que auxiliasse na interpretação dos problemas sociais, de modo específico na América Latina, o que motivou uma nova práxis em vista de minimizar as desigualdades existentes, oriundas, em grande parte, da injustiça social que gera exclusão e marginalização social. Desta forma, motivadas no desejo conciliar, as pastorais sociais colocam-se como mediadoras na defesa da

dignidade da pessoa humana em seus direitos sociais; assim, Rito (1998, p. 260) recorda que:

sob o influxo das ciências sociais, com sua análise sobre as causas estruturais do subdesenvolvimento latino-americano [...] a teologia latino-americana é sempre mais levada a uma análise da realidade que abrangesse a problemática social da América Latina.

Deste modo, o apoio que a ciência teológica recebeu, tendo por base os princípios das ciências sociais, ofertou uma mediação que possibilitou a recordação de que, para o pleno exercício de uma presença cidadã de forma ativa, o ser humano precisa e deve ser compreendido enquanto ser capaz de cooperar com o processo de transformação social que, ao assumir a própria realidade, tem possibilidade de contribuir para a sua transformação. Conforme recordou Juan Segundo (1987, p. 191), “[...] a história já não poderá ser separada do lugar humano onde o homem se encontra com a transcendência”. Neste sentido, o sujeito precisa estar comprometido com o “bem comum”, o que sugere inserção na vida social e um olhar crítico sobre a questão social.

Assim, em vista de favorecer a inserção e a participação social, ganha especial importância uma metodologia própria, utilizada a partir do encontro e da mediação com as ciências sociais, o chamado método: ver, julgar e agir, que se origina na ação católica e traz a necessidade de um olhar crítico sobre a prática social. Em síntese, o método “aponta para a necessidade de uma leitura sócio-analítica-estrutural da realidade, que inevitavelmente colocará o problema de uma análise socio-político-econômica da realidade da fé”. (RITO, 1998, p. 281) Desta forma, a prática das pastorais ao propor uma resposta sociotransformadora lança um olhar crítico sobre a realidade social que pode possibilitar uma nova prática política, tornando-se indispensável um maior diálogo interdisciplinar com as ciências que se ocupam da questão social (Idem, p. 182).

Sobre a importância do método já citado, ver, julgar e agir, Moreira (2016, p. 214) nos diz: “[...] o importante é que as pessoas começaram a pensar sua situação criticamente e a elaborar um projeto político” e continua: “[...] não se espera que a solução venha do céu ou de cima; as pessoas assumem sua responsabilidade frente à sociedade [...]”. Smith (1991 apud Moreira 2016, p. 214) indica que a Teologia da Libertação ajudou a produzir a “libertação

cognitiva” necessária à ação social e Moreira (2012, p. 38) aprofunda o debate ao indicar que, com a TdL “a mudança do lugar social foi acompanhada por um deslocamento na compreensão do papel dos teólogos: como intelectuais orgânicos⁴ [...] ligados às classes populares [...]”.

Deste modo, com ações voltadas concretamente para os diferentes grupos de excluídos, conforme no recorda a CNBB (2003), o olhar das pastorais sociais contempla toda a dimensão da pessoa humana em sua integralidade, e propõe ações concretas que favoreçam a participação do sujeito, também nas instâncias de reivindicação e defesa de direitos, a exemplo dos sindicatos, associação de moradores e conselhos de direitos.

Neste sentido, numa busca constante de responder aos apelos da Doutrina Social da Igreja – DSI – as pastorais sociais buscam, numa perspectiva libertadora, com dinâmica própria, propor ações de solidariedade e fraternidade que possibilitem a articulação e formação sociopolítica, contribuindo para a inserção social e política do sujeito e, amparadas pelo exame detalhado da realidade, ser voz cidadã mobilizada na luta pela vida, com um olhar atento sobre as diferentes manifestações da questão social.

No processo de auxiliar os sujeitos em seu caminho de sujeitos sociais, as pastorais sociais encontram na Doutrina Social da Igreja - DSI - alguns princípios tidos como básicos visto que podem promover e favorecer a participação social, a saber:

[...] estes princípios têm um caráter geral e fundamental, pois que se referem à realidade social no seu conjunto: das relações interpessoais, caracterizadas pela proximidade e por serem imediatas, às mediadas pela política, pela economia e pelo direito; das relações entre indivíduos ou grupos às relações entre os povos e as nações. (CDSI, n. 161)

Deste modo, dos princípios que regem o agir das pastorais sociais o da subsidiariedade ganha especial atenção, pois, este princípio atua na proteção e defesa dos grupos que formam a base do tecido social, promovendo a dignidade humana ao tempo que propõe o protagonismo do indivíduo favorecendo a ordem

⁴ Expressão original de Antônio Gramsci.

social, onde ele está inserido, o que permite o engajamento nos movimentos populares e de organização social, visto que:

[...] É impossível promover a dignidade da pessoa sem que se cuide da família, dos grupos, das associações, das realidades territoriais locais, em outras palavras, daquelas expressões agregativas de tipo econômico, social, cultural, desportivo, recreativo, profissional, político, às quais as pessoas dão vida espontaneamente e que lhes tornam possível um efetivo crescimento social. (CDSI, n. 185)

Refletindo sobre a importância da subsidiariedade, Torres (2001, p. 30) recorda ainda a definição do termo que auxilia na compreensão da sua aplicabilidade “[...] a exata noção da ideia de subsidiariedade, que significa – de acordo, inclusive, com a sua raiz etimológica *subsidium* – ajuda, estímulo e encorajamento”. Neste sentido, podemos compreender que as Pastorais sociais dão vida e atuação ao princípio da subsidiariedade que, conforme nos recorda o Compêndio da DSI (n.187), propõe e favorece a liberdade, estimula a solidariedade em vista do bem comum, encoraja a uma prática que defenda e promova os direitos humanos das pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social.

Desta forma, em união relacional com os princípios do bem comum e da solidariedade, a subsidiariedade nos apresenta a necessidade de um auxílio participativo do sujeito no construto social, de modo a favorecer o agir dos corpos intermediários, tais como as associações, os conselhos e os grupos de trabalho vinculados à luta pela transformação social. Inseridas na periferia das cidades, as pastorais sociais realizam e promovem a ligação com os movimentos populares e reivindicatórios específicos como nos recorda Ferraro (2007, p. 23).

A partir da inserção nas comunidades, as pastorais sociais atuam nas bases e, conforme nos recorda Gohn (2012), este trabalho de base propõe uma interlocução entre as pastorais sociais e a atuação dos movimentos sociais no Brasil. Ao refletir sobre a importância do trabalho das pastorais, Moreira (2016, p. 213) indica que a ajuda foi além de uma perspectiva mística ou espiritual, que as pastorais ofereceram também infraestrutura organizacional e ajuda material a muitos movimentos sociais, o que possibilitou às pastorais sociais atuarem em relação dialogal de mediação com a sociedade civil, colaborando na articulação

de iniciativas que defendam e promovam políticas públicas de qualidade e eficiência.

Neste sentido, este trabalho de diálogo e participação social se realiza, então, a partir do cuidado com as pessoas em situação de vulnerabilidade social, muitas destas acompanhadas pelas pastorais que estão, na maioria das vezes, fragilizadas no precário atendimento das suas necessidades humanas básicas, sem esquecer, contudo, que:

Este ser histórico e cultural que não pode ser explicado somente pela biologia ou pela genética nem tampouco apenas pela cultura. Que não pode ser explicado somente por sua consciência como se esta em lugar de ter-se constituído socialmente e transformado seu corpo em um corpo consciente tivesse sido a criadora todo poderosa do mundo que o cerca, nem tampouco pode ser explicado como puro resultado das transformações que se operaram neste mundo. (FREIRE, 2001 p. 35)

Assim, com o trabalho das pastorais sociais, busca-se promover uma ação refletida sobre a questão social, numa perspectiva de conscientização que favoreça o desenvolvimento autônomo do sujeito tendo em vista que “[...] é com ela, a autonomia, penosamente construindo-se que a liberdade vai preenchendo o “espaço” antes “habitado” por sua dependência. Sua autonomia que se funda na responsabilidade que vai sendo assumida” (Idem, 2002 p. 36).

Aqui, se autentica, pois, a necessidade do compromisso dos cidadãos na vida social numa perspectiva solidária a partir da inserção e engajamento nas comunidades carentes e do caminho de colaboração em prol do bem comum numa inserção sociopolítica. Neste sentido, salientamos a importância do trabalho das pastorais sociais enquanto organização social auxiliando na articulação e integração dos indivíduos em atitude de mediação do agir comunitário numa perspectiva sociotransformadora.

Ao refletir sobre a atuação das pastorais, Cláudia Neves (2006, p. 342), nos afirma que os trabalhos desenvolvidos através das pastorais revelam a omissão do Estado no enfrentamento da questão social (e) por outro lado, conduzem os seus colaboradores/voluntários ao engajamento político na articulação com os movimentos e organizações sociais e de participação popular, tais como os conselhos municipal e estadual, bem como, com uma

atuação em áreas de periferia onde a presença e a ação do poder público se revela de modo omissivo ou insuficiente.

Neste sentido, numa busca constante de favorecer e estimular o sujeito a uma organização social buscando diminuir as desigualdades sociais, o trabalho das pastorais se propõe salientar a necessidade de uma cooperação e apoio solidário que possibilite uma melhor participação social, favorecendo, assim, a liberdade do sujeito, ser social, capaz de criar e desenvolver suas habilidades em vista do bem comum, da participação sociopolítica e, conseqüentemente, colaborar assim, para o desenvolvimento social, visto que “a solidariedade se expressa também, no apoio às lutas e movimentos sociais por melhores condições de vida e trabalho” (CNBB, 2003 p. 19), ou seja, na busca contínua de fortalecer o tecido social em vista de uma ativa participação social.

Deste modo, reconhecendo a importância do trabalho realizado pelas pastorais, nos propomos, enquanto objetivo principal, analisar a contribuição sociopolítica das pastorais sociais, no que diz respeito ao enfrentamento das múltiplas manifestações da questão social na cidade do Salvador, entre os anos de 2019-2021. Para alcançarmos o êxito desejado, iremos apresentar o processo de formação das Pastorais Sociais no Brasil, identificar a atuação das pastorais sociais localizadas na cidade do Salvador, apresentando as suas especificidades e, analisar as contribuições das pastorais no que diz respeito à sua participação sociopolítica junto aos sujeitos, comunidades e instâncias de defesa de direitos na cidade do Salvador, onde fazemos o recorte geográfico desta pesquisa.

Metodologia

Esta reflexão tomará como base os modos de pesquisa acadêmica que a caracterizam enquanto tal. Assim sendo, esta pesquisa é de abordagem qualitativa, de caráter documental e bibliográfica do tipo exploratória, explicativa. Será, portanto, exploratória e explicativa, pois, buscará aprofundar as reflexões sobre a temática desenvolvida, oferecendo ao leitor maior proximidade com o tema, analisando o trabalho das pastorais sociais, por intermédio da ASA, adentrando em sua área de atuação.

Para alcançarmos os objetivos pretendidos, propomos, tocando as fontes primárias, fundamentar esta nossa pesquisa com as análises de

documentos publicados, dos pronunciamentos, e reflexões sobre a temática, além das ponderações de autores locais, nacionais e internacionais, tais como Maria da Glória Gohn, Carlos Montaña, Michael Lowy e Ilse Scherer que, desenvolveram reflexões sobre a temática da participação social. Utilizamos, ainda, documentos, relatórios e escritos próprios do acervo da ASA, do Centro de Pastoral Arquidiocesano, bem como do Setor Pastoral Social da CNBB, e autores e obras de referências que foram identificados ao longo da pesquisa.

Por questões de delimitação da pesquisa, para maior êxito, restringimos nosso campo de análise à ASA e a sua atuação na Arquidiocese de Salvador, dentro da Cidade do Salvador. Espera-se, por fim, que esta pesquisa possa contribuir para que, tantos outros tomem consciência das contribuições e do importante e desafiador trabalho desenvolvido através das pastorais sociais, como instrumento que se propõe a contribuir para a organização e participação do sujeito conforme veremos na construção e apresentação desta pesquisa tomando por base o trabalho desenvolvido na Arquidiocese de São Salvador da Bahia, na Cidade do Salvador, tendo em vista que, atualmente, o território geográfico da Arquidiocese compreende, também, as seguintes cidades: Lauro de Freitas, Itaparica, Vera Cruz e Salinas da Margarida; para isso, analisamos os relatórios das atividades desenvolvidas nos anos de 2019-2021.

Pastorais Sociais

2.1 - Pastorais Sociais na América Latina

Muitas das transformações sociais são frutos da mobilização e articulação dos movimentos sociais. Na América Latina, não foi diferente, tendo em vista a participação de países que a compõe nas lutas revolucionárias, como bem coloca Montañó:

A América Latina é marcada por uma história contínua de lutas revolucionárias. As guerras de independência, que marcaram o continente na primeira metade do século XIX, tiveram em Simón Bolívar e San Martín seus protagonistas centrais. O século XX, antes da Primeira Guerra Mundial, começou com a Revolução Mexicana. Entre as duas guerras, merecem ser lembradas o Sandinismo na Nicarágua, a revolta aprista no Peru, a insurreição em El Salvador, a revolução de 1933 em Cuba, a intentona comunista no Brasil, em 1935, e o governo de frente popular no Chile. Com a Segunda Guerra Mundial, emerge o Bogotazo na Colômbia e a revolução boliviana de 1952. [...] A partir dela, generalizou-se o modelo de “guerra de guerrilhas” [...] no marco internacional, o fortalecimento do ânimo revolucionário e insurrecional se dava pelo relativo equilíbrio de forças entre os polos ideológicos da Guerra Fria [...] (2011, p. 246).

Ao analisar a presença dos movimentos sociais, enquanto ação coletiva latino-americana, Scherer (2014) afirma a importância dos movimentos de participação social na articulação dos sujeitos, promovendo o protagonismo necessário para uma “nova ordem social”, vinculando este caminho histórico a determinados fatores que influenciaram de maneira direta na reflexão e ação dos sujeitos no continente, subdividindo em fases que têm por objetivo a “sistematização da produção acadêmica”, conforme a própria autora indica, relativa à teorização dos movimentos sociais latino-americanos. Desta forma, a autora sistematiza esta reflexão em quatro fases, a saber: 1º) Dos meados do século XX até a década de 1970, 2º) Os anos 1970, 3º) Os anos 1980, 4º) A perspectiva para os anos 1990.” (SCHERER, 2014, p. 14)

A evolução sinalizada por Scherer (2014), indica uma reconstrução histórica que ressalta a importância do sujeito sob a ótica dos colonizados e

oprimidos e não a ótica dos colonizadores e opressores dos pobres (RITO 1998, p. 258), bem como a sua condição de protagonista da transformação social. Aqui, ganha especial destaque em nossa pesquisa a “3ª fase⁵” apresentada pela autora, quando, refletindo “uma nova cultura política popular e de base”, ganha destaque as comunidades inseridas, sendo que, “[...] A religião e o lazer dos pobres passam a ser vistos como lutas tácitas contra as injustiças das oligarquias tradicionais e do capitalismo moderno” (SCHERER, 2014, p. 17). Desta forma, Rito (1998, p. 260) recorda que o influxo das ciências sociais foi mobilizando de outra forma as comunidades sobre as causas estruturais do subdesenvolvimento latino-americano.

Com o Concílio Vaticano II (1962-1965) e o seu pedido de atualização pastoral na ação da Igreja Católica Romana no campo social ganhou ainda mais força, vitalidade, urgência e visibilidade, de modo especial na América Latina, sofrida com regimes políticos totalitários e a ausência de liberdade democrática, um claro movimento de abertura e sensibilidade com as “dores” e problemas sociais existentes no mundo assim expressados na *Gaudium et Spes*:

[...] as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo e nada existe de verdadeiramente humano que não encontre eco no seu coração (GS n. 1, 2000)

Refletindo, ainda, sobre a importância deste evento, Miranda (2006, p.13) destaca que o Concílio evidenciou a importância de uma “[...] maior presença no mundo, respeito às culturas e às etnias, sensibilidade com os

⁵ Em seu livro, a autora (cf. pág. 14-21) indica que na primeira fase, o pensamento sociológico dominante polarizava-se em torno de duas correntes: a marxista (ou histórico-estrutural) e a funcionalista. Já o segundo período – década de 1970 – tem como um dos marcos de reflexão teórica importante o Seminário de Mérida, no México, sobre “As Classes Sociais na América Latina, realizado em 1971. Este período introduz novas considerações paradigmáticas, com atenção às lutas de classes, abrindo espaço ao terceiro período. No terceiro período a categoria Movimento social será a referência central nas novas reflexões, uma análise a partir dos grupos específicos ou de “identidades restritas”, com forte chamada de atenção à forma popular e de base de se fazer política, a categoria do sujeito popular/ator social substitui a categoria de classe ou movimento social. O quarto período traz a emergência de novos temas e de novos enfoques analíticos nas pesquisas sobre os movimentos sociais latino-americanos; a autora indica duas visões que colaboraram para esta realidade, a primeira já não atribui grande relevância aos movimentos sociais, a segunda parte da visão crítica das interpretações sobre os movimentos sociais dos períodos anteriores”.

problemas humanos e empenho por uma sociedade fundada na justiça e na paz [...]”.

As Conferências do episcopado latino-americano e Caribenho (CELAM⁶) acentuaram a necessidade de uma atuação histórica na defesa dos direitos da pessoa humana impulsionando um compromisso cristão com a transformação social e busca de um exercício cidadão, fundamentados na opção preferencial pelos pobres. Todavia, esta “opção preferencial” já sinalizada na década de 60 como atitude de mudança eclesial ganha maior aproximação com as forças sociais na década de 70, também impulsionadas pela chamada “Teologia da Libertação”, que permite e promove recordar o lugar histórico da reflexão e ação teológica, tendo em vista que “[...] através da sua opção preferencial pelos pobres e engajamento nas lutas contra as variadas formas de opressão, desencadear um processo histórico de libertação dos povos latino-americanos” (Scherer 2014, p. 33).

Entretanto, Juan Segundo (1987, p. 176) recorda que a TdL chega em um segundo momento, enquanto reflexão da prática existente; ou seja, é fruto de uma participação e mobilização popular que, inserida na realidade histórica, atua sobre ela. Neste sentido, o caráter de participação e mobilização retroalimenta a práxis e a reflexão teológica no continente. Moreira (2012, p. 52) nos lembra que:

Os grupos ligados à teologia da libertação na Igreja Católica aprenderam com os movimentos sociais, entre muitas outras coisas, a percepção para a urgência, uma sensibilidade para o realmente importante, a necessidade de organizar e pensar a própria prática, a sabedoria para não desperdiçar energias e saber fazer alianças [...]

⁶ A Conferência Episcopal Latino-Americana e Caribenha – CELAM – se originou com o objetivo de oferecer um caminho de reflexão pastoral que fosse como que Linhas Mestras para a Ação Evangelizadora da Igreja neste continente marcado por tantas dores e sofrimentos. Desde a sua fundação (1955) até os nossos dias, já houve cinco Conferências Gerais. Rio de Janeiro (1955), Medellín (1968), Puebla (1979), Santo Domingo (1992) e, mais recentemente, Aparecida (2007) foram as metrópoles que acolheram o Episcopado Latino e Caribenho, desde a sua gênese. Após cada encontro, é lançado um Documento que leva o nome da cidade acolhedora do encontro e deve servir de estímulo para as Conferências locais estruturarem suas “Ações” – na América Latina a opção preferencial pelos pobres é renovada a cada Conferência do Episcopado. (PEREIRA, Elisio, 2014)

Assim sendo, a TdL não somente possibilitou uma releitura da realidade social, mas, sobretudo, implicou a presença dos sujeitos na mobilização e inserção nos movimentos sociais, bem como recebeu dos movimentos auxílio colaborativo na releitura da realidade social. Juan Segundo (1987, p. 175) alerta, ainda, que, com esse movimento de inserção e mobilização, a Igreja é surpreendida e colocada “diante de um fenômeno novo: uma mobilização popular considerável dentro dos próprios quadros” e que “essa mobilização popular foi vista com muito bons olhos pela Igreja oficial latino-americana”.

As diferentes ações por intermédio e articulação das Comunidades Eclesiais de Base, as CEB's, principalmente no Brasil, favoreceram o surgimento e a implantação das pastorais sociais e motivaram a implantação das Semanas Sociais⁷, como experiência de reflexão coletiva e articulação das forças populares e intelectuais para o debate sobre as questões sociopolíticas do país, em vista de uma ação sociotransformadora, mobilizando os agentes e os conduzindo ao compromisso com as manifestações da questão social⁸, de modo específico, na realidade brasileira; bem como o movimento de protesto contra as desigualdades sociais, que se deu mediante o Grito dos Excluídos que, foi articulando e recebendo o apoio e adesão dos movimentos sociais, “[...] ao mesmo tempo respeitaram seus objetivos e lhe deram mais consistência em sua organização, realização e repercussão na opinião pública” (CNBB, 1999, p. 25). Ao refletir sobre a importância do Grito dos Excluídos, Scherer (2008, p. 16) o apresenta como “uma das formas mais expressivas de pressão pública da sociedade civil organizada em relação ao Estado e à opinião pública”.

Desta forma, a participação dos movimentos sociais no “Grito” foi de tal forma positiva que “Desde 1999, o Grito dos Excluídos passou a ser realizado também em vários países da América Latina. Atualmente, tanto o “Grito Nacional” como o “Grito Continental” mobilizam milhares de pessoas” (Montaño

⁷ Desde a sua criação já ocorrerão 5 Semanas Sociais Brasileiras: a 1ª edição em 1991, com o Tema: Mundo do trabalho: desafios e perspectivas; a 2ª edição 1993-1994, com o Tema: Brasil: Alternativas e protagonistas; a 3ª edição 1997-1999, com o Tema: Resgate das Dívidas Sociais: Justiça e solidariedade na construção de uma sociedade democrática; a 4ª edição 2003-2005, com o Tema: Mutirão por um novo Brasil: Articulação das forças sociais para a construção do Brasil que nós queremos; a 5ª edição 2011-2013, com o Tema: Um Novo estado: Caminho para uma nova Sociedade do Bem Viver; e, atualmente, a 6ª edição da Semana Social Brasileira 2020-2023 tem como Tema: Mutirão pela vida: por Terra, Teto e Trabalho.

⁸ A questão social será tratada nos próximos capítulos. No cap. III trataremos sobre a participação Sociopolítica das Pastorais e, no Cap. IV sobre as contribuições do trabalho desenvolvido em Salvador.

2011, p. 301), sinal de que este trabalho de articulação das bases vai se ampliando com a presença dos diversos movimentos sociais em todo o continente.

Outra importante conquista, oriunda das mobilizações e articulação dos movimentos de base, foi o Fórum Social Mundial - FSM, sinalizando além de uma crítica às políticas de caráter neoliberal pautadas na ideia de estado mínimo, a força do protesto social no continente latino-americano, fruto de uma articulação e participação social, explicitando, conforme nos apresenta Moreira (2012, p. 47), a importante colaboração da TdL às lutas globais, universalizando-as.

Assim, tanto as Semanas Sociais como o Grito dos Excluídos contribuíram e se tornaram um retrato do efeito positivo deste trabalho de base realizado pelas comunidades eclesiais, movimento de apresentar um novo modelo social, construído com a participação cidadã, de tal forma que, desses movimentos de luta e reivindicação social vincula-se a criação da Assembleia Popular – AP – no ano de 2005 e, conforme indica Montañó (2011, p. 302) a partir da definição dos próprios integrantes que:

[...] ela [a AP] representa um processo de coordenação e articulação dos de diversos movimentos e forças populares. Prioriza a atuação diretamente nos bairros e nos municípios. Define-se como uma organização plural, que aglutina diversos tipos de lutas, movimentos e reivindicações, próprias a cada entidade

E, continua, o autor:

[...] A convocação da Assembleia Popular é realizada pelas próprias entidades que a compõem, sendo que cerca de quarenta entidades nacionais configuram a articulação nacional, como as Pastorais Sociais e os movimentos da Via Campesina

Em síntese, o processo de reivindicação dos direitos sociais é perpassado pela participação e articulação dos movimentos sociais na América Latina que têm encontrado na história o apoio vital das comunidades eclesiais de base. Sobre este apoio, Rito (1998, p. 266) indica: “os próprios movimentos de guerrilha foram integrados por cristãos que queriam lutar, por todos os meios, por uma sociedade mais justa e humana em suas gritantes desigualdades

sociais”, e Lowy (2000, p. 86) acrescenta “várias das lutas importantes pela democracia e pela emancipação social na América latina [...] foram possíveis graças à contribuição das CEBs”, falando das comunidades de base como sendo “a arena social na qual os cristãos se comprometeram ativamente com as lutas populares” (idem, p. 71). Desta forma, as CEB’s ofereceram importante apoio no processo de conscientização que evoca o compromisso social e combate à lógica e ao pensamento neoliberal excludente e impessoal, conforme nos indica Jappé (2013)⁹.

Assim, ao avaliarmos as ações realizadas por intermédio das comunidades de base em todo o continente latino-americano de modo especial e particular no Brasil, local onde a TdL alcançou maior influência conforme nos indica Moreira (2016, p. 207), pode-se, então, observar de que forma este processo de mobilização, participação social e opção preferencial pelos pobres têm impulsionado uma nova prática pastoral. Logo, sendo o Brasil base para o processo de gênese e socialização das comunidades de base, e é, pois, sobre esta presença no Brasil que iremos aprofundar a seguir.

2.2 – Pastorais Sociais no Brasil

O caminho de conscientização e mobilização social no Brasil, não diferente dos outros países da América Latina, traduz um longo processo na luta por direitos. Todavia, as desigualdades sociais existentes revelam a alta concentração de renda, bem como a insuficiência de políticas públicas eficientes que possam reparar um histórico processo de colonização que, associado ao capitalismo conforme nos indica Montaña (2011, p. 249), auxiliou no processo de marginalização social, motivando a inserção das comunidades de base e movimentos reivindicatórios, respondendo com os desafios da pobreza, exclusão e discriminação social e política.

A opção preferencial pelos pobres atualizada na América Latina através das Conferências do CELAM¹⁰ e retomada na Conferência de Aparecida (2007),

⁹ Entrevista concedida a Alexandra Prado Coelho;

¹⁰ A Conferência Episcopal Latino-Americana e Caribenha – CELAM – se originou com o objetivo de oferecer um caminho de reflexão pastoral ampla e, a partir da análise criteriosa da realidade

bem como os efeitos da TdL foram mobilizando a Igreja no Brasil para a necessidade de uma inserção sociopolítica que possibilitasse a vivência da fé atualizando o seu compromisso de transformação social. Este “movimento” de inserção começa a se desenhar em 1952, com a gênese da CNBB e o desejo da “hierarquia da Igreja” de planejar de modo orgânico as ações da pastoral.

O primeiro plano de ação pastoral no Brasil foi o Plano de Emergência (1963) seguido do Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970) que em suas diretrizes, já respondendo aos apelos do Concílio, sinalizava a necessidade de uma “ação da Igreja no mundo”, em diálogo e serviço diante do mundo em comunhão com o CELAM que nasce com a missão de responder aos desafios específicos da América Latina, tais como a preocupação com a situação dos trabalhadores e a prática social da fé, conforme nos indica Arenas (2018, s.p) em seu artigo.

Deste modo, os apelos de renovação eclesial do Vaticano II encontraram, na AL através do CELAM, uma abertura e aplicação clara diante dos desafios sociais existentes, e, na opção preferencial pelos pobres, se autenticou um modo peculiar de “fazer teologia” de modo que o “Fazer Teologia latino-americana, no sentido da Teologia da Libertação, significa aprender a realidade vital dos pobres e fazer dela o ponto de referência da reflexão (MULLER, GUTIÉRREZ 2014, p. 21).

Logo, nesta nova perspectiva e reflexão eclesial, ganhou força a necessidade da presença dos pobres enquanto sujeitos de transformação. De fato, um movimento de mudança, conforme nos recorda Gohn (2012, p. 110):

As CEBs surgiram inicialmente nas zonas rurais, especialmente no nordeste. Foram parte da nova política das pastorais da Igreja Católica no Brasil, com Plano de Emergência e depois da Pastoral de Conjunto. Em 1968 o congresso de Medellín, na Colômbia, sistematizou a versão latino-americana para a participação da Igreja no meio popular. Em 1978, em Puebla, reafirmou-se a opção por uma Igreja voltada para os pobres, buscando melhorar as condições de existência na Terra. O cristão passou a ser definido como aquele que luta contra as injustiças sociais. a Teologia da Libertação sistematizada pelo peruano Gustavo Gutierrez e desenvolvida pelos brasileiros, os irmãos Boff, passou a ser o principal guia espiritual das CEBs

social, fornecer pistas, que fosse com que Linhas Mestras para a Ação Evangelizadora da Igreja neste continente marcado por tantas desigualdades sociais, tendo como norte de toda ação a opção preferencial pelos pobres, como uma urgência.

Deste modo, à luz das comunidades de base, emerge uma nova prática em relação ao excluído. Sobre este fato, Brighenti (2011, p. 37) nos indica:

A Igreja, além de assumir sua causa, assume, igualmente, seu lugar social, através de comunidades eclesiais inseridas numa perspectiva libertadora, com ênfase na pastoral social, dada a sua precária situação. Nasce serviços de Pastoral com espiritualidade fundamentação própria, como a pastoral operária, a pastoral da terra, a rural, a pastoral da saúde e dos enfermos, a pastoral dos direitos humanos. A pastoral da criança, a pastoral da ecologia, a pastoral da consciência negra e indígena, a pastoral da mulher, etc.

As comunidades de base ganham, então, espaço singular neste processo de empoderamento do sujeito, visto que “são lugares onde o povo pratica por si mesmo uma análise da própria práxis” (SEGUNDO, 1987, p. 178). A importância das CEB's no Brasil foi tamanha que possibilitou outras ações e reflexões na América Latina. Sobre esta presença, Scherer aponta:

Não se sabe exatamente o número de CEBs presentes na América Latina, mas o Brasil certamente possui um número bem maior do que qualquer outro país. Lernoux, em 1980, mencionou a existência de 80.000 comunidades aproximadamente apenas no Brasil, o dobro do número que havia em 1976. Boff, em 1985, declarou que havia mais de 70.000 CEBs no Brasil. Entre Medellín (1968) e Puebla (1979), redes de CEBs se desenvolveram, principalmente no Brasil, Chile, México, Honduras, Panamá, Equador, Bolívia, Paraguai, Colômbia, El Salvador, Nicarágua e República Dominicana. As CEBs têm continuado a expandir-se desde então para diferentes áreas desses países, como também para outros países latino-americanos (Scherer 2014, p. 36)

Para acentuar o trabalho de mobilização realizado através das comunidades de base, Montañó (2011, p. 275) relata que “É fundamental aqui destacarmos o importante papel que tiveram as CEB's no despertar para a luta política de diversos segmentos das classes trabalhadoras”, e o autor vai além ao fazer ligação direta entre as Comunidades de Base e a fundação de partidos ligados à causa dos trabalhadores, quando afirma:

No ano de 1980 é criado o Partido dos Trabalhadores (PT). Militantes do “novo sindicalismo”, dos diferentes movimentos

associativos populares de bairro e rural (organizados a partir das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica - CEBs), intelectuais de esquerda e ex-militantes de organizações de esquerda clandestinas, constituíram a base para a formação do PT. (Idem, p. 243)

É preciso, contudo, ressaltar que a ação das pastorais sociais se sustenta em dois pilares: a inserção/presença e o serviço. A presença acontece de modo organizado e em articulação com a sociedade civil e, com a inserção, o serviço a todos sem distinção, em especial aos mais variados grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade, o que exige uma ação rápida, impulsionando à solidariedade em atitude de compromisso comunitário, com olhar “preferencial sobre os pobres”.

Toda práxis das pastorais é em vista de promover e defender os direitos humanos e sociais. A esse respeito, Krell (2002, p.19), ao refletir sobre os direitos sociais afirma: “[...] não são direitos contra o Estado, mas sim direitos através do Estado, exigindo do poder público certas prestações materiais” e Andrade (2009, s.p) salienta: “[...] os direitos sociais não são uma concessão ou um ato de caridade social, mas um dever de justiça que o Estado é obrigado a garantir tendo em vista a dignidade da pessoa humana e o seu direito à vida”. Neste sentido, a prática pastoral age na defesa e promoção do homem enquanto ser social que no pleno exercício da própria cidadania atua na condição de protagonista da própria história, sujeito de transformação.

Desta forma, se entende que todo o ensinamento social se fundamenta e se orienta para promover a dignidade da pessoa humana, conforme indica o Compêndio da Doutrina Social da Igreja (n. 105-107). Aqui, cabe a recordação de Brighenti (2011, p. 160), ao afirmar:

A dimensão social da pessoa, porém não se limita a esse encontro profundo com sua dignidade personalizada. Ser pessoa é abrir-se no respeito ao outro, a todos, considerando-os iguais e irmãos em dignidade humana. Dignidade que se expressa na igualdade de oportunidades, nas relações sociais e políticas. Brota, daí, a grande tarefa pastoral da personalização de grandes contingentes de nossa população, menosprezados em sua condição de explorados ou excluídos. A personalização de uns poucos não pode ser justificada pela escravidão das majorias. O grande escândalo é o do “não-ser humano”, oprimido pela sociedade – o escravo, o explorado, o pisoteado, o estrangeiro, o pobre social-econômica-política-racial e culturalmente.

Logo, o trabalho desenvolvido através das pastorais propõe tornar a pessoa sujeito de transformação e não objeto do assistencialismo caritativo. Em síntese, trata-se de promover a autonomia do ser, abandonando as práticas excludentes que favorecem a marginalização social. A mobilização realizada a partir dos trabalhos das pastorais sociais, tendo em vista o seu caráter religioso, permite ampliar os diálogos e confrontar práticas discriminatórias e excludentes, numa atitude pioneira de prática ecumênica e diálogo interreligioso tendo como princípio “a dignidade inalienável de toda a pessoa humana, independente da sua origem, cor ou religião, e a lei suprema do amor fraterno” (FT n. 39).

Deste modo, inseridas nas diversas realidades e, em contato com os diversos grupos de excluídos, as pastorais se tornam mediadoras da urgente defesa da vida digna para todos, numa constante defesa do pleno exercício da cidadania, visto que:

Um projeto de sociedade não pode se limitar ao assistencialismo de políticas públicas de emergência, por mais que sejam hoje imprescindíveis. Mais do que simplesmente aliviar as tensões sociais com medidas pelas quais o povo se torna objeto de projetos assistencialistas, é preciso fortalecer a dignidade e o exercício da cidadania. (CNBB, 1999, p. 74)

Não se pode esquecer, contudo, de que a gênese das pastorais sociais acontece em um determinado contexto sociopolítico, perpassando diversos períodos da história do Brasil. Contudo, é na transição do período tecnocrático-militar (1964-1985) para o período de transição liberal¹¹, também chamado de transição democrática (1985-1990), que começa uma reorganização da consciência e defesa dos direitos sociais que tem a sua maior síntese na Constituição de 1988 que, segundo Potyara Pereira (2011, p. 148), oportuniza “pela vez primeira, na história do país, a inclusão da assistência social na condição de componente do sistema de seguridade social e de direito de cidadania”. Já Sueli Pereira (*et al.* 2015, p. 5), refletindo sobre a Constituição, salienta que “[...] o texto constitucional buscava um Estado intervencionista no

¹¹ Sobre esta transição de períodos, Potyara Pereira (2011) indica que a partir de 1982, o padrão centralizado e piramidal de gestão das políticas públicas sofreu alterações. Ganhando força, a partir de então, os pleitos pela instituição de um padrão administrativo e financeiro descentralizado, mediante o qual seriam criados canais institucionais de participação social e política na população.

âmbito de assegurar a democracia na sociedade, buscando combater as desigualdades sociais existentes”.

Todavia, uma maior efetivação dos trabalhos pastorais alcançou o seu ápice na década de 90, em pleno período neoliberal, ao realizar ações e a propor iniciativas que favoreceram a participação popular e a crítica à realidade social contemporânea. Este período é marcado por políticas públicas excludentes implantadas por um Estado mínimo que atende residualmente as necessidades humanas básicas (PEREIRA, 2006). Com tal perfil, o Estado se pauta na redução dos gastos sociais relacionados à saúde, à educação, à moradia, ao transporte coletivo e ao saneamento básico, conforme nos indica Ferraro (2007, p. 26).

Esta prática do Estado impulsionou a atuação das pastorais sociais na defesa e proteção dos grupos que estão em maior situação de vulnerabilidade, a partir de uma inserção nas periferias das grandes cidades, motivando a participação dos sujeitos através dos movimentos de mobilização social e defesa dos direitos humanos, auxiliando na articulação dos sujeitos em busca de minimizar as lacunas decorrentes da insuficiência e restrições de políticas públicas que respondam às suas necessidades básicas. Isto porque, conforme Gough (apud PEREIRA, 2006, p. 234) as “necessidades básicas são aquelas que se não forem devidamente satisfeitas, implicarão sérios prejuízos à vida material e à autonomia do ser”, sendo a própria Pereira (2006) a acrescentar que os prejuízos se referem a impossibilidade de uma visão crítica da sociedade e, conseqüentemente, uma participação social prejudicada.

Em síntese, o trabalho das comunidades de base e pastorais no Brasil se desenvolveram na busca de favorecer a participação cidadã, para que os sujeitos estejam comprometidos com a mudança da realidade, inseridos de modo crítico na luta social por melhores condições de vida digna, corresponsáveis de modo solidário por um modelo de construção social justa e fraterna. Colaborando de modo eficaz, na promoção de políticas públicas e dos direitos humanos, Gomes (2014, p. 80) nos recorda: “pode-se dizer que o papel exercido pela CNBB foi fundamental para que a noção de direitos humanos, em sentido amplo, passasse a fazer parte da democracia brasileira, contribuindo, desta forma, na promoção de políticas públicas”. Sobre a importância da luta em prol dos direitos humanos, Benevides (2000, s.p) nos esclarece que:

Direitos humanos são essenciais porque são indispensáveis para a vida com dignidade. Quando insistimos nessa questão da dignidade, muitas vezes esbarramos numa certa incompreensão, como se o termo fosse indefinível e tratasse de algo extremamente abstrato em relação à concretude do ser humano [...] A dignidade decorre de características que são únicas e exclusivas da pessoa humana; além da liberdade como fonte da vida ética, só o ser humano é dotado de vontade, de preferências valorativas, de autonomia, de auto-consciência como o oposto da alienação.

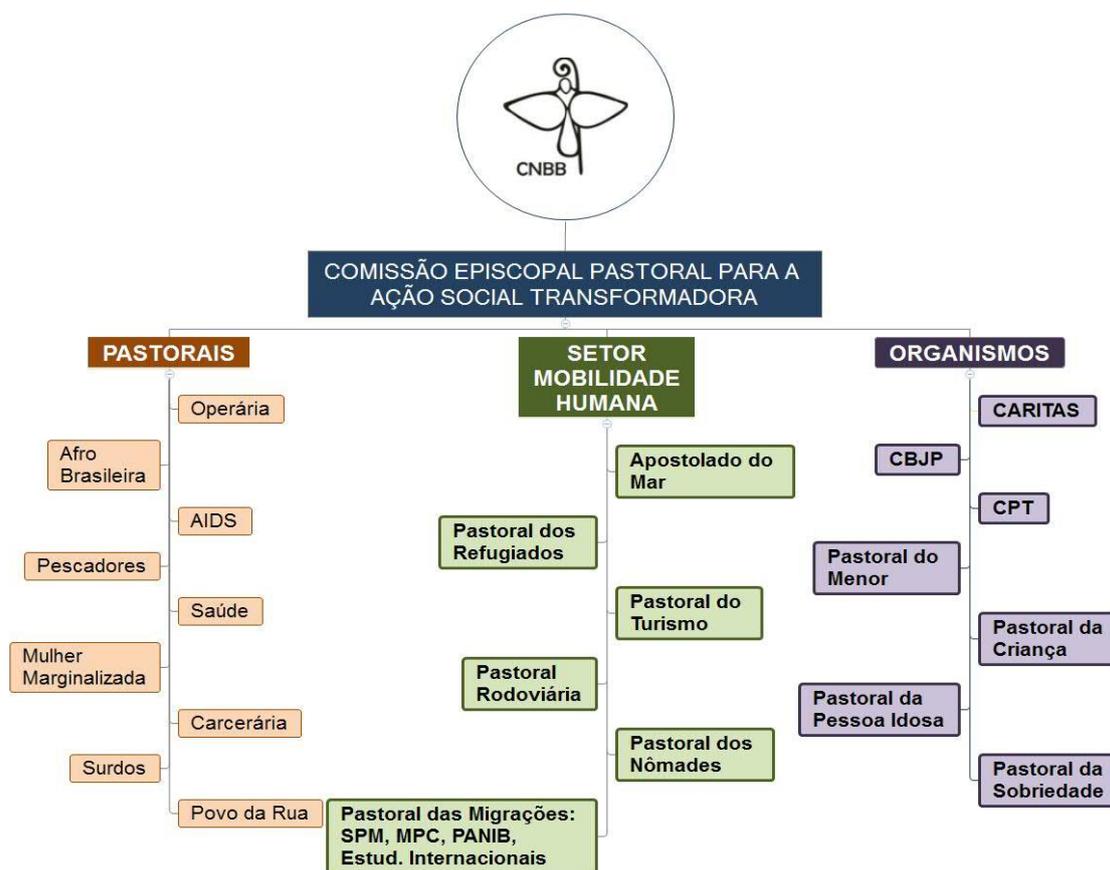
No limiar do novo milênio, o organismo da CNBB responsável em cuidar dos trabalhos e ações das pastorais, denominado setor pastoral social atestava, em 1999, aquilo que o passar dos anos evidenciou na realidade do Brasil, e que permitiu melhor compreender a presença e atuação das pastorais sociais na “parceria” com outros atores e instituições sociais. Importante ressaltar, nesta virada de tempo, as palavras de alerta do Papa João Paulo II, na *Novo Millennium Ineunte*, que indicava a necessidade de um contínuo olhar crítico e atuante sobre a realidade social:

O nosso mundo começa o novo milênio, carregado com as contradições de um crescimento econômico, cultural e tecnológico que oferece a poucos afortunados grandes possibilidades e deixa milhões e milhões de pessoas não só à margem do progresso, mas a braços com condições de vida muito inferiores ao mínimo que é devido à dignidade humana. Como é possível que haja, no nosso tempo, quem morra de fome, quem esteja condenado ao analfabetismo, quem viva privado dos cuidados médicos mais elementares, quem não tenha uma casa onde se abrigar? E o cenário da pobreza poderá ampliar-se indefinidamente, se às antigas pobrezas acrescentarmos as novas que frequentemente atingem mesmo os ambientes e categorias dotados de recursos econômicos, mas, sujeitos ao desespero da falta de sentido, à tentação da droga, à solidão na velhice ou na doença, à marginalização ou à discriminação social. (NMI, n. 50)

Assim, o trabalho efetivo das pastorais vai ganhando notoriedade nas atividades de mobilização social, gestando um novo olhar sobre as pastorais sociais que passaram “[...] a ser, para muitas pessoas e para a opinião pública, um novo sujeito social, sem perder sua vinculação com a CNBB, de quem recebe sua justificativa e validade” (CNBB, 1999, p. 17).

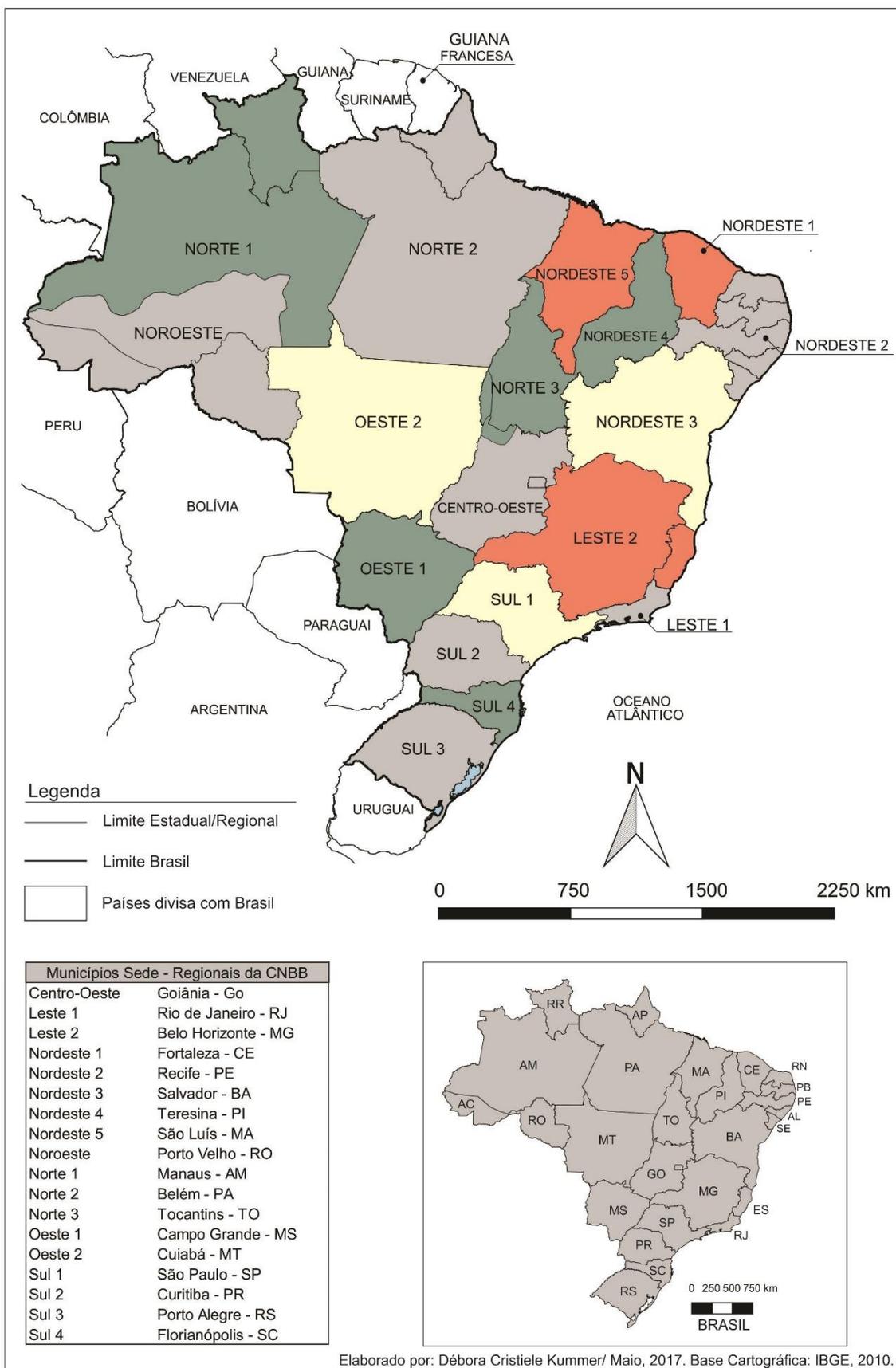
No que diz respeito à articulação nacional, as pastorais sociais estão vinculadas ao setor Pastoral Social da CNBB que está integrado na Comissão

Episcopal Pastoral para a Ação Social Transformadora (CEPAST). Para melhor organização das ações o processo de articulação nas bases é realizado através dos 18 Regionais espalhados em todo o território nacional, que acompanham este trabalho, atuando no campo comum à vida social. No gráfico abaixo, uma ilustração atual da organização da CEPAST.



Fonte: CNBB – Setor Pastoral Social, 2017.

No mapa, a seguir, a divisão dos 18 Regionais da CNBB pelo território Nacional.



Fonte: CNBB – Setor Pastoral Social, 2017.

Com o processo de expansão no território nacional, as pastorais atuam nos mais variados enfoques e atendimentos as diferentes questões da manifestação social, respondendo aos apelos e necessidades do tempo e ao clamor do povo em situação de vulnerabilidade, de tal modo que, o Setor Pastoral Social (1999, p. 16), na virada do milênio, indicava a presença de dez Pastorais Sociais acompanhadas e integradas ao setor com coordenação nacional¹², ressaltando a existência, também, da Pastoral da Moradia com presença em alguns regionais, todavia, sem abrangência nacional.

Já as Cartilhas de Pastoral Social (2003, p. 26) sinalizam a existência de onze Pastorais com organização em nível nacional, acrescentando a Pastoral do Povo de Rua, e o trabalho realizado através dos agentes que “atuam animando e fortalecendo o processo organizativo, resgatando a beleza da vida, denunciando toda ação de exclusão e violência e criando com os mesmos alternativas de produção de bens e cidadania” (CNBB, 2003, p. 28).

É, também, nas Cartilhas de Pastoral Social (2003, p. 41) que encontramos os 05 passos de ação que possibilitam a organização e ação das pastorais, a saber: 1 - identificar os rostos, categorias marginalizadas ou em situação de carência social, os vários grupos de excluídos; 2 - o segundo momento se dá no movimento de criação ou fortalecimento de uma equipe de base que acompanhe com proximidade a situação específica ou categoria de pessoas marginalizadas; 3 - com a presença e acompanhamento se desenvolve atividades de apoio e solidariedade aos movimentos sociais, uma ação lenta de conscientização, organização e mobilização; 4 - num quarto passo, as equipes de base devem promover ações em conjunto e apoio ao grito dos excluídos e/ou as Semanas Sociais e afins; 5 - o quinto passo diz respeito à necessária integração entre as diversas pastorais através das lideranças e agentes, permitindo um trabalho de articulação e socialização local, regional e nacional. A apresentação do panorama nacional não impede, ao contrário, sugere um olhar aprofundado sobre o trabalho específico das pastorais em cada regional do território nacional e as múltiplas manifestações da questão social em cada região do país.

¹² São elas: Pastoral Carcerária, Pastoral da Criança, Pastoral do Menor, Pastoral dos Migrantes, Pastoral da Mulher Marginalizada, Pastoral dos Nômades, Pastoral Operária, Pastoral dos Pescadores, Pastoral da Saúde e Pastoral da Terra.

Por isso, para maior êxito do nosso trabalho, passaremos a delimitar a nossa pesquisa e aprofundar a questão da participação social das pastorais sociais, de modo específico, no território da Cidade do Salvador, pertencente à Arquidiocese de São Salvador da Bahia, tendo em vista que as pastorais sociais estão inseridas, ativamente, nas diferentes manifestações da questão social (que discutiremos oportunamente) e, ao tempo que apoiaram, receberam o apoio e aprenderam com os movimentos sociais, conforme nos lembra Moreira (2012, p. 52)

[...] os grupos ligados à teologia da libertação na Igreja Católica aprenderam com os movimentos sociais, entre muitas outras coisas, a percepção para a urgência, uma sensibilidade para o realmente importante, a necessidade de organizar e pensar a própria prática, a sabedoria para não desperdiçar energias e saber fazer alianças [...].

E continua:

No Brasil, as igrejas ajudaram a preparar o clima, a sensibilidade, a tensão social, o senso de urgência e a organização que muitos movimentos sociais necessitavam para decolar (Idem, 2016, p. 212).

Em síntese, os desafios sociais enfrentados e existentes que mobilizam a urgência da participação social, conforme veremos adiante.

Participação Sociopolítica das Pastorais

3.1 - Participação e Compromisso Sociopolítico

O Compêndio da Doutrina Social da Igreja indica que a participação se exprime “[...] em uma série de atividades mediante as quais o cidadão, como indivíduo ou associado com outros, diretamente ou por meio de representantes, contribui para a vida cultural, econômica, política e social da comunidade civil a que pertence” (CDSI, n. 189). Assim, podemos entender por participação social, a inserção do sujeito que, ao assumir o próprio protagonismo histórico, colabora no exercício de transformação social; todavia, isso implica uma real consciência dos próprios direitos e deveres enquanto cidadão e da sua importância enquanto membro de um corpo social.

O tema da participação social é, de tal forma relevante, que diversos autores, como é o caso de Maria da Glória Gohn, Anete Ivo, Ilse Scherer, entre outros, se dedicam a refletir sobre a temática nos mais variados campos das relações sociais; nessa linha, em seu artigo sobre “Juventude, cidadania e participação”, Castro (2020, p. 389) indica a importância da efetiva participação social atrelando a defesa de direitos ao afirmar que “pela participação, os jovens podem desenvolver uma perspectiva crítica importante na defesa de direitos”.

O primeiro e, talvez, mais urgente desafio, propõe a necessidade de uma participação social mais efetiva se revela na insuficiência de políticas públicas que atendam às diferentes manifestações da questão social. Prado Junior (apud IVO, 2020, p. 127) recorda que “da herança colonial recebemos as maiores contradições sobre a questão social brasileira, caracterizada por um enorme contingente de trabalhadores empobrecidos e desprotegidos em relação à efetivação dos direitos sociais”.

Aqui, é preciso recordar que as políticas (públicas) sociais respondem ao manifesto da população organizada que busca fazer valer os seus direitos sociais; sobre este fato, Lepikson (2020, p. 448) ao definir as políticas sociais, afirma que:

[...] são mecanismos pelos quais o Estado ou governo atua para estabelecer um padrão de proteção para setores específicos da sociedade ou para o seu conjunto. As políticas públicas e, nelas, as políticas sociais compreendem, necessariamente, quatro

elementos: um centro de decisão, os mecanismos de execução, seus destinatários e os objetivos a serem alcançados.

Todavia, para que a efetiva participação aconteça de modo a transformar a realidade, favorecendo o protagonismo pessoal, é urgente um caminho que auxilie na conscientização dos indivíduos para o bem comum e superação da raiz da questão social; neste sentido, se entende a importância do trabalho realizado nas comunidades de base e pastorais sociais que ajudam a criar uma nova cultura política no Brasil, “a democracia das bases” que, posteriormente, se tornaria o “movimento trabalhista de massas” (LOWY, 2000, p. 148).

Desta forma, a luta, em espírito de unidade, entre as diversas e distintas instituições que mobilizam o trabalho coletivo, colaboram e auxiliam na defesa dos direitos básicos do sujeito visando amenizar as diferentes manifestações da questão social. Aqui se entende a importância das pastorais sociais que, inseridas nas comunidades de periferia, colaboram a auxiliar os sujeitos neste contínuo processo de defesa e luta por direitos.

Sobre a importância do trabalho de colaboração da Igreja e dos Movimentos Sociais a partir da década de 1980 no processo de articulação social e colaboração com a sociedade civil na defesa dos interesses nacionais, Anete Ivo (2020, p. 131) destaca os novos atores sociais, para elucidar uma nova prática de mobilização social.

Como dito anteriormente, neste processo de mobilização social, ganha força os corpos intermediários, que inseridos nas diversas realidades, atuam favorecendo e subsidiando a conscientização e emancipação do sujeito como colaborador e propositor das lutas sociais na defesa da pessoa em seus direitos naturais. Sobre isto, Scherer (2014, p. 40-41) ao refletir sobre a colaboração da TdL, em específico no Brasil, indica que, em determinado nível, esta contribuição se revela como participação política, nos diversos grupos e movimentos sociais organizados pela sociedade civil; salientando, inclusive, a participação dos agentes, por incentivo das comunidades de base nas associações, movimentos, sindicatos e comissões de defesa dos direitos humanos e sociais.

Em consonância com a análise de Scherer sobre a contribuição sociopolítica das pastorais, Lowy (2020, p. 63) ressalta esta importância ao recordar que “a comunidade é, ela própria, um dos valores transindividuais mais centrais, possuindo um significado tanto transcendente como imanente, tanto

ético/religioso como sociopolítico”; e, para atestar a sua afirmativa, vai além citando o sociólogo brasileiro Pedro Ribeiro que vê na igreja da libertação “[...] a religião e a política como dois momentos de uma única realidade” (idem, p. 64)

Logo, inseridas junto às pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social, a práxis das pastorais favorece a participação social à medida que auxilia na conscientização social, visto que como nos recorda Freire (1980, p. 50) “Não se pode chegar à conscientização crítica apenas pelo esforço intelectual, mas, também, pela práxis: pela autêntica união da ação e da reflexão”. Desta forma, quando pensamos no trabalho efetivo realizado através das pastorais sociais, precisamos salientar o profundo engajamento social com os movimentos populares e reivindicatórios, como nos recorda Benedito (2007). Sobre esse movimento de mobilização, Rucht (apud Moreira, 2016, p. 2014) indica que:

[...] uma das maiores contribuições da teologia da libertação para os movimentos sociais foi ter contribuído para que os seus agentes e participantes se percebessem como parte de algo maior, que desenvolvessem um sentimento de “nós, do coletivo, e que partilhassem com os movimentos sociais valores, problemas e objetivos comuns.

Neste sentido, é importante recordar que esta “contribuição” é fruto de um caminho conscientização que conduz a uma participação popular efetiva em vista de garantir os direitos universais básicos, em busca do humanismo solidário, em comunhão dialogal com a sociedade civil e o poder público. Assim, refletindo sobre a relação dos movimentos sociais com o Estado, Alonso (apud TELLES, 2019, s.p) observa que:

[...] para a ação coletiva ter substrato estes desafiantes precisam se apropriar de estruturas de mobilizações que já existem, como, por exemplo, as associações e redes de relacionamento, servindo como bases de organização para a movimentação [...]

Aqui se compreende a palavra de Moreira (2016, p. 212) ao afirmar que, no Brasil, as igrejas ajudaram a preparar o clima, a sensibilidade, a tensão social, o senso de urgência e a organização que muitos movimentos sociais necessitavam para decolar.

Logo, este processo de participação e mobilização social é fortalecido pelo trabalho de base realizado através das pastorais que se manifesta no

interior das comunidades com um olhar atento sobre a realidade social, que propõe ações que favoreçam e possibilitem a transformação social mediante a participação social, e respondem aos apelos e necessidades que salientam a precarização do serviço público e, conseqüentemente, o aumento das desigualdades sociais existentes.

Desta forma, o trabalho das pastorais sociais propõe uma consciência cidadã, comprometida com a realidade histórica e social, indicando aos sujeitos que é a inserção clara na vida social e o comprometimento com o bem comum que favorece a transformação social. Lowy (2020, p. 57), refletindo sobre a colaboração efetiva das CEBs e pastorais no compromisso de transformação social, ressalta que:

[...] sem a existência deste movimento social não poderíamos entender fenômenos sociais e históricos de tal importância como a emergência do novo movimento trabalhista no Brasil e o surgimento da revolução na América Central.

Deste modo, se autentica a necessidade do compromisso dos cidadãos na vida social numa perspectiva solidária, a partir da inserção e engajamento nas comunidades carentes e do caminho de colaboração em prol do bem comum numa inserção sociopolítica; refletindo sobre a prática da solidariedade Alonso (2009) afirma que a solidariedade favorece o controle coletivo dos recursos necessários à ação. Doimo (in Scherer 2014, p. 55) ao refletir sobre as práticas dos movimentos sociais, identifica uma nova forma de agir, pautada no modelo comunitário, com valorização da solidariedade, sinal visível influência das comunidades de base na mobilização social.

Com este trabalho de perspectiva solidária para com todos os seres humanos, com opção preferencial pelos pobres, desenvolvido através das pastorais, se oportuniza vencer o desafio que Hayek (apud MONTAÑO, 2011, p. 65) sinaliza “[...] é fácil encontrar interesse nas pessoas para ajudar ao seu igual, à sua família, ao seu vizinho; porém isso não ocorre quando se trata de um desconhecido”

Neste sentido, salientamos a importância do trabalho das pastorais sociais enquanto organização intermediária auxiliando na articulação e integração dos indivíduos em atitude de mediação do agir comunitário numa perspectiva sociotransformadora, favorecendo e promovendo a participação

social ante a ineficácia dos poderes públicos de gerir as políticas sociais. Ao refletir sobre esta influência, Montañó (idem, p. 65) recorda que o próprio Estado de Direito mantém uma política social precarizada, e esse fato acaba por mobilizar de forma descentralizada entidades que atuam em defesa dos que estão em situação de vulnerabilidade.

Todavia, para que esta avaliação da ação pública seja respaldada é preciso critérios que possibilitem discernir o caminho feito e a se fazer; faz-se necessário, por primeiro, uma compreensão larga das necessidades humanas básicas, uma clareza dos direitos do cidadão e uma síntese do dever do Estado, enquanto gestor público. Lepikson (2020, p. 447), apoiada em Pereira, recorda que a efetivação da participação social impõe, ainda, “como precondições, a saúde física e a autonomia de agência” e continua:

[...] a autonomia de agência trata da redução dos obstáculos à participação social, à percepção cognitiva e à capacidade crítica e política de realizar escolhas e operar mudanças em sua vida, quando assim desejar (idem).

Ou seja, é preciso proporcionar ao sujeito condições que o permita a sua plena participação cidadã no exercício dos direitos e no cumprimento dos deveres, inclusive cobrando do poder público eficácia e êxito nas políticas de assistência social; logo, se propõe uma participação cidadã, consciente e autônoma na luta e busca dos seus direitos básicos enquanto ação comum.

E, é justamente nesta “ação comum” que o trabalho desenvolvido através das pastorais sociais ganha força e visibilidade como contribuição efetiva para uma participação social, fortalecendo, desta forma, a consciência social do sujeito. Sobre esta experiência do trabalho comum que desenvolve a consciência, Montañó (2011, p. 98) nos indica:

A consciência é determinada pela realidade social, e ela é condição para sua transformação [...] a mera vivência das pessoas sobre a(s) realidade(s) sociais determina um tipo de consciência, mas esta última pode se desenvolver de diversas formas e níveis, em função do tipo de inserção e apreensão na/da realidade, individual, grupal ou humano-genérica

E, citando Antunes e a sua reflexão lukácsiana da ontologia do ser social, continua:

É impossível compreender a questão da consciência de classe [...] se não se considerar que trabalho, vida cotidiana e consciência do ser social se inter-relacionam e se articulam de maneira indissolúvel. (idem, p. 99)

Desta forma, se entende que as pastorais sociais atuam na articulação dos sujeitos em prol do bem comum e transformação consciente e cidadã da realidade social. É importante ressaltar que a ação das pastorais, iluminada pela DSI colabora na mobilização das lutas sociais, o que não diminui a sua importância. Ao contrário, visto que, segundo a análise de Montanõ (2011, p. 120), “[...] “lutas de classe” e “lutas sociais” não são expressões contraditórias, mas formam parte de um processo comum, às vezes em níveis diferentes”. Em síntese, pode-se perceber que as pastorais sociais assumem a dimensão sociopolítica da fé, que aplica a função social da Teologia conforme, Rito (1998) nos indica.

Deste modo, somos impulsionados a recordar como os movimentos populares colaboram na defesa das conquistas sociais através da articulação dos sujeitos. Para tanto, é preciso, um olhar apurado sobre a questão social histórica, com exame detalhado da realidade, com os elementos que favoreçam a síntese do percurso histórico.

Neste sentido, a recordação histórica das conquistas oriundas da mobilização e participação popular favorecem a consciência de que é contínua e urgente a mobilização social, ao tempo que reclama a participação do sujeito como protagonista da própria história. Nesta perspectiva interdisciplinar, somos elucidados de que o cidadão por meio das instituições, associações, conselhos, movimentos populares e sociais participa, de modo eficaz, na elaboração de ações que visam minimizar os problemas sociais, assumindo, de modo solidário e pessoal a prática em prol do bem comum, conforme veremos a seguir, sobre a importância da articulação dos sujeitos na promoção e defesa das conquistas sociais.

3.2 - Participação Sociopolítica na defesa dos Direitos Sociais

As práticas neoliberais se revelam a cada dia, e com mais força, contraditórias e excludentes; visto que, ao tempo que aumentam as desigualdades, cresce, em “igual” proporção e sem medidas, também, o número dos novos ricos. Ao refletir sobre a prática neoliberal, Montaño (2011, p. 244) afirma:

As políticas de ajuste neoliberais implicaram um desmonte do Estado por meio da redução de sua atividade regulatória e produtiva – privatizações, abertura comercial e financeira –, ampliação do espaço privado no campo dos direitos sociais e reduções dos investimentos públicos na área do social.

E continua ressaltando o mal que causou a implantação da política neoliberal no Brasil:

[...] As implicações da implementação das políticas neoliberais na realidade nacional foram o acirramento das desigualdades, da desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas e do agravamento da questão social.

Obviamente, a situação de miserabilidade social favorece o acúmulo e o crescimento do capital e, em um círculo vicioso, o aumento das desigualdades sociais. Harvey no seu texto “para entender o Capital”, sinaliza aquilo que Marx já havia entendido, ou seja, que a prática capitalista é práxis de exclusão, que atua gerando medo de exclusão social no trabalhador que acaba por se submeter a condições precárias e manipulados em seus direitos sociais. Sobre esse fato, Borges (2020, p. 416), diante da análise de Marx e Harvey, recorda que é “característica intrínseca” do modo capitalista a subutilização do mercado de trabalho a partir da precarização e, por consequência, o aumento das desigualdades sociais.

Desta forma, diante das dificuldades enfrentadas pela classe operária, se entende a necessidade da organização/articulação dos trabalhadores como possibilidade real de superação por meio da mobilização da classe, realidade que, historicamente, já se revelou exitosa no embate com o capital, promovendo a resistência dos trabalhadores. Ainda Harvey (2008), ao refletir sobre o fordismo, sinaliza a Lei Wagner (1933) que, nos EUA forneceu aos sindicatos poder e reconhecimento das conquistas oriundas da negociação coletiva e, no pós-guerra, o início de ataques virulentos, pois, sindicatos se revelaram os

grandes inimigos do capital, visto que eles promovem a luta e conquistas do grupo.

O próprio Harvey, retomando as ponderações de Marx e, discernindo sobre as práticas da política neoliberal, indica como ação clara do capital o desmonte das associações e sindicatos que podem favorecer os indivíduos e seu processo reivindicatório e, conseqüentemente, emancipatório. A capacidade de organização e mobilização social se revela como vetor claro de conquistas sociais. Sobre a importância e o desafio do trabalho dos sindicatos e a sua relação com o mercado liberal, Offe (1995, p. 20) sinaliza:

O interesse no pleno emprego por parte dos sindicatos é uma função de seu papel enquanto coalizões de vendedores da força de trabalho. Neste papel, defendem três amplas categorias de interesses, que naturalmente podem entrar em conflito entre si: 1. O interesse na manutenção ou no crescimento do salário real; 2. O interesse pelas boas condições de trabalho; 3. O interesse em um alto nível de emprego. [...] o interesse do sindicato no pleno emprego consiste fundamentalmente em procurar exercer a pressão política apropriada sobre os partidos políticos, os governos e os parlamentos [...] quanto maior o alcance da ação organizacional do sindicato [...] mais fortes os incentivos políticos e as possibilidades do sindicato de defender metas de emprego para a política econômica pública.

Desta forma, quando observamos o processo de conquistas dos direitos sociais adquiridos, se entende a importância da mobilização social, já pautada por Marx, e, por consequência, da mediação dos grupos reivindicatórios no processo das lutas. Ilse Scherer-Warren (2014, p. 13-14), destaca a importância da ação coletiva como movimento social e articulação dos sujeitos como protagonistas de uma nova ordem social, auxiliando na “redescoberta da dignidade” pelos povos oprimidos de modo especial na América Latina com as suas contradições, e ausência de consciência de classe, realidade esta que tem mudado nas últimas décadas.

E, ao tratar das lutas no novo continente, a autora citada sinaliza que a partir da década de 1980, ganha força a chamada categoria “movimento social” que teria uma ação prioritária nas bases do tecido social, com uma significativa mudança na atuação e compreensão do papel dos envolvidos, diz “A inovação encontra-se no surgimento de práticas políticas articulatórias das ações

localizadas, de redes de movimentos (networks) e na busca de metodologias que permitam entendê-las” (2014, p. 22).

Assim sendo, a recordação histórica das conquistas oriundas da mobilização e participação popular favorecem a consciência de que é possível uma nova e urgente resposta social que reclama a participação do sujeito como protagonista da própria história. Deste modo, se entende a tentativa da política neoliberal de esfacelamento das forças de mobilização social em defesa de algumas importantes conquistas que dizem respeito aos direitos sociais. Nesta perspectiva, somos elucidados que o cidadão por meio das instituições, associações, conselhos e movimentos populares realiza em conjunto o que o indivíduo, isolado, não é capaz, sendo resistência e compromisso de luta pelos direitos sociais e coletivos.

Entretanto, se observa que, com o avanço da política neoliberal no Brasil há uma verdadeira ação pública por parte do Estado. Impulsionada pelo capital, a agenda dos desmontes sociais se amplia e autentica o sucateamento as condições que proporcionam organização e resistência por parte dos movimentos de base, o que sugere uma maior participação e importância dos movimentos reivindicatórios. As conquistas sociais da Constituição de 1988, pouco a pouco, vão sendo retiradas de modo orquestrado e arquitetado. Recente pesquisa publicada no G1¹³ sinalizou de modo drástico o processo de exclusão da participação popular no processo de discussões sobre as políticas públicas:

A pesquisa aponta que, hoje, 75% dos comitês e conselhos nacionais mais importantes estão esvaziados ou foram extintos. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar, um dos símbolos da luta contra a pobreza e a fome, está inativo. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente foi esvaziado. O Cebrap analisou 100 conselhos e comitês. (visualizado em 26.10.2021).

Deste modo, nas palavras do cientista político da Unicamp Wagner Romão divulgadas na reportagem, temos uma síntese do movimento atual realizado pela política neoliberal no país, ao afirmar:

¹³ Site de notícias e informações sob a direção do grupo Globo.

Toda montagem que veio sendo feita nos últimos 30 anos da participação social na forma de conselho, ela vai ser exatamente atacada nesse sentido. Então, não há dúvida que quanto menos participação social, menos transparência, mais possibilidade de que o governo tenha todo o controle daquilo que ocorre nas políticas públicas. E isso é o fundamento exatamente do que é o contrário do que a Constituição de 88” (ROMÃO, Wagner *in* G1, 25.10.2021)

A urgência na articulação dos movimentos populares na defesa dos direitos conquistados é tamanha que, no ano de 2017, a organização e articulação nacional do Grito dos Excluídos chama a atenção para a realidade nacional, ao recordar que:

[...] a urgência da organização e luta popular frente à conjuntura em que o país vive hoje, estamos diante de um cenário de retrocessos, muitas vezes com o apoio dos meios de comunicação social, desmonte do processo democrático e da perda iminente de direitos dos trabalhadores [...]. (Grito dos Excluídos *in* Nascimento, 2017)

Assim, torna-se claro que o desmonte público das forças de mobilização social se tornou a cada dia ainda mais evidente; o que exige uma maior atuação e o reconhecimento da importância dos movimentos sociais neste processo. Ao refletir sobre a importância dos movimentos sociais, Gohn (2003, p. 16) nos traz que “Eles estão ajudando na construção de um novo padrão civilizatório orientado para o ser humano não para o mercado, como querem as políticas neoliberais de caráter excludente”.

Diante, pois, dos desafios é preciso uma reorganização dos movimentos que estão na base do tecido social que proporcione e promova uma participação mais ativa na vida social, protegendo os direitos sociais já adquiridos e impulsionados na luta por novos direitos nesta, profunda, excludente e desafiadora contradição social, pautada na exploração do trabalhador e manutenção da desigualdade social.

Ao refletir sobre a história dos movimentos sociais, bem como, os novos movimentos, a pesquisadora Maria da Glória Gohn (2012, p. 224-231), indica o surgimento de novos movimentos comunitaristas organizados de cima para baixo e estimulados por políticas sociais governamentais na virada do milênio. Aqui, a autora observa o crescimento dos novos movimentos sociais e apresenta

três formatos organizativos de estruturação dos principais movimentos sociais no Brasil. A primeira categoria é dos movimentos identitários (e a luta por direitos sociais, econômicos, políticos e, recentemente, culturais); a segunda categoria é a dos movimentos de luta por melhores condições de vida e de trabalho no plano urbano e rural e, a terceira categoria são os movimentos globais ou globalizantes, ou transnacionais, a exemplo do Fórum Social Mundial.

Ao analisar os movimentos sociais no Brasil, Montañó (2011, p. 333) reforça a ideia da importância de diversas instituições, inclusive as ligadas à Igreja como lugar de mediação e articulação dos MS, favorecendo a luta por cidadania no aprofundamento da própria Democracia. Moreira (2012, p. 49), por sua vez, ao refletir sobre o movimento de criação e apoio das pastorais à formação dos movimentos sociais nos indica que:

[...] no caso da TdL, no processo de formação de movimentos sociais, a religião foi usada empiricamente como recurso político – o potencial democrático das comunidades de base ofereceu suporte e formou uma cultura política de participação e de co-responsabilidade que depois desaguou nos movimentos sociais.

Zachariadhes (2006, s.p) salienta que houve, por parte dos cristãos, uma reinterpretação do pensamento de Marx e é enfático ao afirmar que “o pensamento marxista ajudou os católicos a perceber a luta de classes na sociedade capitalista, assim sendo, ao invés de se ter uma atitude assistencialista com as classes populares, lutava-se por transformação social”. Neste processo de contribuição para favorecer uma prática cidadã do sujeito, já se fez pensar nas pastorais sociais como expressão de resistência ou mesmo “esquerda católica” conforme nos lembra o próprio Zachariadhes (2007, p. 113).

Todavia, o caminho de aplicação do ensinamento social, como vimos anteriormente, que ganhou força com a necessidade de renovação eclesial enquanto atualização trazida pelo Vaticano II e a opção preferencial pelos pobres, como motor de ação das Conferências do Episcopado Latino-americano, já sinalizava na década de 60 uma mudança de atitude eclesial que ganha aproximação com as forças sociais na década de 70, conforme nos indica Zachariadhes (2005, p. 2):

A partir da década de 70, ocorreu uma maior aproximação com grupos ativos da classe média, apoiando movimentos como o da Anistia e das Diretas-já. Também não se pode esquecer da

participação na criação da CPT - Comissão Pastoral da Terra, além do ISPAC - Centro de Formação para Agentes Pastorais na Bahia. Iniciou-se um maior contato com as bases, apoiando certos instrumentos de mobilização como sindicatos, associações de trabalhadores e de bairros, além de iniciativas de resistência dos trabalhadores rurais [...]

Scherer (2014, p. 40) indica que a TdL contribuiu de modo efetivo para a prática social em três níveis distintos: primeiro com a construção teórica e o trabalho de reformulação do pensamento e a produção de uma nova teologia; depois com a análise crítica nos grupos e movimentos de base e, posteriormente, com uma intervenção política, com a participação dos membros das comunidades e grupos nas organizações da sociedade civil, nos partidos e redes internacionais. Ao refletir sobre a contribuição da TdL e das pastorais sociais, Moreira (2012, p. 51) indica que, talvez, a maior delas tenha sido a mudança operada na cultura política da população, pois:

[...] tal mudança na cultura política foi operada, em primeiro lugar, através das mediações políticas, dos partidos, dos movimentos sociais, da mobilização popular, da luta dos sindicatos, entidades de classe, organizações não governamentais e associações populares de todo tipo [...]

Já Imerson (2007, p. 73) atesta a eficiente ligação entre a Igreja Católica Progressista e os movimentos populares de contestação, com a luta e organização política dos “desfavorecidos”, recordando as Pastorais Operárias (POs) pregando a organização dos assalariados, a Pastoral da Terra (CPT) proclamando a emancipação dos oprimidos e a Pastoral da Juventude (PJ) participando da reconstrução da UNE.

Esta atitude de inserção e mobilização, fez das pastorais e movimentos vinculados à Igreja Católica um apoio nas conquistas dos direitos sociais contra a prática de totalitarismo. Assim, este auxílio na mobilização social por parte de setores da Igreja se deu de forma tão intensa que Zachariadhes (2005, p. 5), ainda se permite afirmar:

[...] No Brasil, e particularmente na Bahia, nenhum movimento político-social de Esquerda ou de reivindicações democráticas de grande repercussão ocorreu sem a participação e/ou proteção de setores da Igreja Católica. Esses setores do clero católico

acabaram se tornando uma das poucas vozes ativas em defesa dos direitos humanos dentro do Brasil [...]

Assim sendo, as CEB's, bem como as pastorais sociais, tornaram-se um auxílio na mediação, conscientização, organização e compromisso de transformação sociopolítica, promovendo a autonomia e participação dos sujeitos através das pastorais, associações e movimentos. Refletindo sobre a importante colaboração que as CEBs proporcionaram, Lowy indica que a comunidade

contribuiu muitas vezes para dar uma qualidade nova aos movimentos sociais e políticos que alimentou [...] ela encorajou a auto-organização das bases e uma desconfiança da manipulação política, da retórica eleitoral e do paternalismo estatal (2000, p. 85)

Desta forma, as CEBs, ao proporem a organização social como vetor de transformação, favorecem e estimulam a relação do sujeito com a sociedade civil e a busca por minimizar os contrastes sociais existentes. Sobre esta realidade, Maria da Glória Gohn (2012, p. 96) em sua pesquisa sobre a história dos Movimentos Sociais salienta que

A Igreja Católica desenvolveu ao longo dos anos 1950 e 1960 uma série de ações junto ao meio estudantil universitário e secundarista, objetivando organizá-los para participarem da vida política nacional, à luz dos ensinamentos do Evangelho [...] Em nível nacional o trabalho da Igreja junto aos jovens teve a mesma repercussão que o trabalho que ela desenvolveu nos anos de 1970 junto às populações pobres das periferias dos grandes centros urbanos. Vários estudantes da JUC dos anos 1950 e 1960 tornaram-se lideranças políticas nacionais posteriormente.

Pode-se constatar, desta forma, que mesmo com os inúmeros desafios decorrentes da exclusão e marginalização social, os movimentos sociais continuam exercendo importante papel na defesa das pessoas que estão em situação de fragilidade e exclusão social, favorecendo, assim, a defesa e a luta por vida digna para todos. Muitos passos foram dados na defesa e proteção aos direitos humanos e sociais no Brasil. Sinal deste avanço é o reconhecimento de que “o Brasil se tornou o terceiro país no mundo e o primeiro na América Latina a aprovar um Programa Nacional de Direitos Humanos, em 1996”, conforme nos lembra Picq (2020, p. 250).

Embora muito ainda precisa ser feito para responder às demandas da população em situação de vulnerabilidade social, bem como, às múltiplas manifestações da questão social, não se pode negar o necessário e urgente apoio que as pastorais sociais têm ofertado. Sobre o firme e consistente apoio das pastorais sociais ao movimento dos operários no Brasil, Ramalho (2020, p. 622) sinaliza a contribuição dos “militantes da Igreja Católica” na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), salientando o trabalho desenvolvido nas bases e, Imerson (2007, p. 76) afirma que:

A participação interna nos movimentos populares que eclodiam parecia completar a constituição dos sujeitos presentes nas organizações de base ligadas à Igreja [...] A estrutura organizativa do “novo movimento sindical”, a sua capacidade de organização e a sua magnitude podem ser avaliadas tanto pelas intensas greves que ocorreram no Brasil entre 1978 e 1981, tendo como epicentro o ABC paulista, quanto pela realização da Primeira Conferência das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) em agosto de 1981.

E, continua:

[...] A Igreja Católica abrigou os trabalhadores em luta. Mas além desta acolhida humanitária por uma igreja que se mostrou há muito tempo envolvida nas questões sociais, observamos mais uma vez o engajamento microscópico dos militantes das organizações de base da chamada igreja progressista, que, nas suas lutas pela transformação total da sociedade, elegem como seu o inimigo do trabalhador e contribuem sobremaneira para a própria constituição deste “novo movimento sindical.

Assim, o trabalho das pastorais ganha singular importância; seja no apoio e promoção aos grupos e movimentos reivindicatórios, seja na própria prática da pastoral de forma que Oliveira (2017, s.p) ressalta a importância da pastoral Afro-brasileira na luta contra o racismo e em prol de políticas afirmativas. Desta forma, reconhecendo a atuação histórica das pastorais neste processo de conscientização e mobilização social, se faz necessário um olhar apurado e direcionado sobre este trabalho realizado na Arquidiocese de Salvador, em Salvador, através da ASA e as suas possíveis contribuições, conforme veremos a seguir.

AS CONTRIBUIÇÕES DA PASTORAL SOCIAL NA ARQUIDIOCESE DE SÃO SALVADOR DA BAHIA

4.1 - A Organização do trabalho das Pastorais Sociais em Salvador¹⁴

Todo o trabalho realizado pelas Pastorais Sociais em Salvador é acompanhado por um organismo da Igreja Católica local, denominado Ação Social Arquidiocesana – ASA, que é vinculado à Arquidiocese de São Salvador da Bahia. A ASA possui reconhecimento pelo CEBAS - Certificado de Entidade Beneficentes de Assistência Social, sendo renovado em 2021, sob a Portaria Número: 56636/2021, de 13/08/2021. Ao traduzir a sua missão, a ASA se apresenta como um órgão de ações e assessoramento abrangendo as seguintes finalidades: coordenar, representar, animar e orientar os organismos que, na Arquidiocese de São Salvador da Bahia, atuam no sentido da garantia de direitos, equidade e paz à dignidade da pessoa humana.

Logo, enquanto pessoa jurídica, é através da ASA que acontece o processo de articulação sistemática do trabalho das pastorais existentes em todo o território da Arquidiocese, bem como, o diálogo institucional com a sociedade civil organizada. Esse trabalho de parceria em prol da promoção humana tem sido reconhecido ao longo dos anos através dos registros e certificados que a instituição conquistou, graças à seriedade do trabalho realizado, conforme sinalizamos na tabela abaixo:

| Certificados e Registros | |
|------------------------------------|---|
| Utilidade Pública Municipal | 1º registro em 2004. Em 28 de julho de 2015 foi renovado o reconhecimento de Utilidade Pública Municipal da ASA, lei no 8.802/2015. |
| Utilidade Pública Federal | Declarada Utilidade Pública Federal pela Portaria nº 1.801 de 13 de setembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 14/09/2005. |

¹⁴ Dados recolhidos nos documentos da ASA: Planos de Ação (2017-2021), Relatórios (2019-2021), Portifólio (2019) e Guia da Ação Social Arquidiocesana (2019).

| | |
|--------------------------|--|
| Filantropia Cebas | CEBAS – Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social: Portaria Número: 105/2015, de 04 de novembro de 2015. |
| Registro CMDCA | A ASA encontra-se registrada no CMDCA sob o nº 519/03. |
| Registro CMASS | 1º registro em 2004. Inscrição no conselho sob número 021/2011 |
| Registro CNAS | A ASA obteve registro 0305/2005 neste conselho conforme Resolução no115, de 15/07/2005, Seção I, publicada no diário Oficial da União. |

Fonte: ASA – Relatório, 2019

Em seus documentos a ASA se apresenta na condição de entidade civil voltada para a promoção humana da população em situação de vulnerabilidade social. A sua criação jurídica data o ano de 2001, o que permitiu uma melhor articulação do trabalho das pastorais sociais existentes em todo o território da Arquidiocese. Todavia, conforme os relatórios 2019 e 2021 da própria ASA, algumas atividades realizadas, bem como, os projetos e programas que já foram desenvolvidos desde 1999. No quadro abaixo, apresentamos as principais atividades desenvolvidas desde a fundação da ASA, algumas atividades realizadas em parcerias, outras com recursos da própria ASA, conforme podemos observar no quadro abaixo:

| Ano ¹⁵ | Ano ¹⁶ | Atividade | Financiamento |
|--------------------|-------------------|---|--|
| 1999 ¹⁷ | 2003 | Assessoria e articulação Pastoral do Menor – 60 centros | Cáritas Internacional Belga |
| 2004 | 2008 | Assessoria e articulação Pastoral do Menor – 60 centros | Petrobras, FMDCA ¹⁸ , recursos próprios |

¹⁵ Ano de início da Atividade e/ou Programa.

¹⁶ Ano de término da Atividade e/ou Programa.

¹⁷ O projeto foi iniciado sem a existência de pessoa jurídica dois anos antes da criação da ASA.

¹⁸ FMDCA: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Salvador.

| | | | |
|------|------|--|--|
| 2009 | 2012 | Assessoria e articulação Pastoral do Menor – 60 centros | Recursos próprios |
| 2013 | 2015 | Assessoria e articulação Pastoral do Menor - 50 centros | Recursos próprios |
| 2007 | 2009 | Formação para educação infantil – 110 educadores | CEI - Conferência Episcopal Italiana, recursos próprios. |
| 2004 | 2008 | Programa Arte-brincando: Formação para educadores para atividades sócio educativas com a participação de 22 educadores para 880 crianças | Petrobras, FMDCA, recursos próprios. |
| 2009 | 2010 | Programa Arte-brincando: Formação para educadores em atividades sócio educativas | Recursos próprios. |
| 2005 | 2012 | Programa Família em Cena para 10 centros com 40 educadores atingindo 1600 crianças e 550 famílias | Recursos próprios. |
| 2005 | 2007 | Programa de Erradicação do Trabalho infantil (PETI) – 450 crianças | FMDCA, recursos próprios. |
| 2005 | 2015 | Atendimento as pessoas em privação de liberdade nos diversos presídios de Salvador – 20 equipes acompanhando 600 internos por mês nos encontros e 110 atendimentos/mês aos egressos na sede da ASA | Recursos próprios. |
| 2005 | 2008 | Curso pré-vestibular em convênio com MEC ¹⁹ e UNESCO com 120 a 250 alunos | MEC, recursos próprios. |
| 2003 | 2019 | Semana de Formação em Políticas Públicas | Recursos próprios. |

¹⁹ MEC: Ministério de Educação.

| | | | |
|------|------|---|--|
| 2000 | 2020 | Participação no CMDCA ²⁰ e suas câmaras técnicas | |
| 2005 | 2012 | Representação no Conselho Municipal de Saúde e no Conselho Municipal de Segurança Alimentar. | |
| 2013 | 2015 | Representação no Conselho Municipal de Segurança Alimentar, Conselho Estadual de Proteção aos Direitos Humanos e Conselho Municipal do Idoso. | |
| 2009 | | Fundação do Fórum Estadual da População em Situação de Rua pela ASA e Levanta-te e Anda. | |
| 2010 | | Membro do Fórum Nacional da População em situação de rua. | |
| 2003 | | Oficinas no sítio da Trindade com a População em situação de rua. | Recursos próprios |
| 2010 | | Coordenadora do Levanta-te e Anda é suplente no CIMIPOPrua | |
| 2008 | 2011 | Projeto Levanta-te e Anda: Centro de referência diurno para pessoas em situação de rua com 56 atendimentos por dia | SEDES ²¹ , recursos próprios. |
| 2011 | 2015 | Projeto Levanta-te e Anda: Centro de referência diurno para pessoas em situação de rua | Recursos próprios |
| 2018 | | O Projeto Recicl(ASA) – Preservando à Criação é uma iniciativa da ASA que visa estimular a preservação do meio | |

²⁰ CMDCA: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Salvador.

²¹ SEDES: Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza.

| | | | |
|------|--|--|--|
| | | ambiente, de forma sustentável, pelo reaproveitamento do óleo residual de fritura. | |
| 2019 | | Participação na construção e fortalecimento do Fórum Popular de Segurança Pública da Bahia. | |
| 2019 | | Representação no Conselho Estadual de Proteção aos Direitos Humanos (CEPDH) e incidência para retomada das atividades do CEPDH que estava sem reuniões há mais de um ano . | |
| 2019 | | Representação no Conselho Estadual do Idoso e no CIAMP Rua Bahia | |
| 2021 | | Representação no Conselho Municipal da Pessoa Idosa | |

Fonte: ASA – Relatório, 2021

Como pôde ser observado na tabela acima, algumas Pastorais Sociais conquistaram assento nos Conselhos de direito em nível municipal e estadual, lugares onde se pode realizar o monitoramento das políticas públicas existentes, no exercício específico da missão de cada Conselho de Direitos; bem como favorece, também, o apoio e assessoramento das ações junto aos movimentos sociais. Não obstante se reconheça um trabalho efetivo das diversas pastorais sociais presentes no território arquidiocesano mesmo antes da composição da ASA, a gênese orgânica de toda a Ação social na Arquidiocese de Salvador acontece na virada do último milênio respondendo aos novos desafios sociopolíticos.

Deste modo, através da ASA, as Pastorais Sociais tem exercido importante participação de modo direto ou indireto de espaços de controle social e formulação de políticas públicas, com assentos nos Conselhos²² em nível nacional, estadual e municipal conforme dito anteriormente. Destaca-se a participação ativa da ASA na criação do Conselho de Segurança Alimentar do

²² A participação nos Conselhos de Direitos se constitui como uma grande conquista na medida que esses organismos são de caráter consultivo e/ou deliberativo de políticas públicas sociais.

Município de Salvador, no qual assumiu inicialmente a presidência; já na condição de entidade ouvinte, tem assento no Conselho Municipal de Assistência Social – CMASS/SSA e, como participante, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Na condição de Entidade eleita, participa do Conselho Estadual de Proteção aos Direitos Humanos – CEPDH/BA, do Conselho Estadual do Idoso – CEI/BA e do Conselho Municipal do Idoso, bem como do Conselho Penitenciário da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização.

Nesta linha de participação sociopolítica, a ASA é um dos fundadores principais do Fórum da População em Situação de Rua de Salvador, cujo lançamento foi na própria sede da ASA, dia 31 de março de 2010. Ela tem cadeira permanente no Fórum Nacional da População em Situação de Rua desde 2010 e, na condição de suplente, participa no CIMIPopRua desde 2010.

É importante destacar a atuação da ASA na construção do Fórum Popular de Segurança Pública da Bahia. Vale, contudo, ressaltar que a sua presença enquanto instituição compõe outros espaços de participação sociopolítica, a saber:

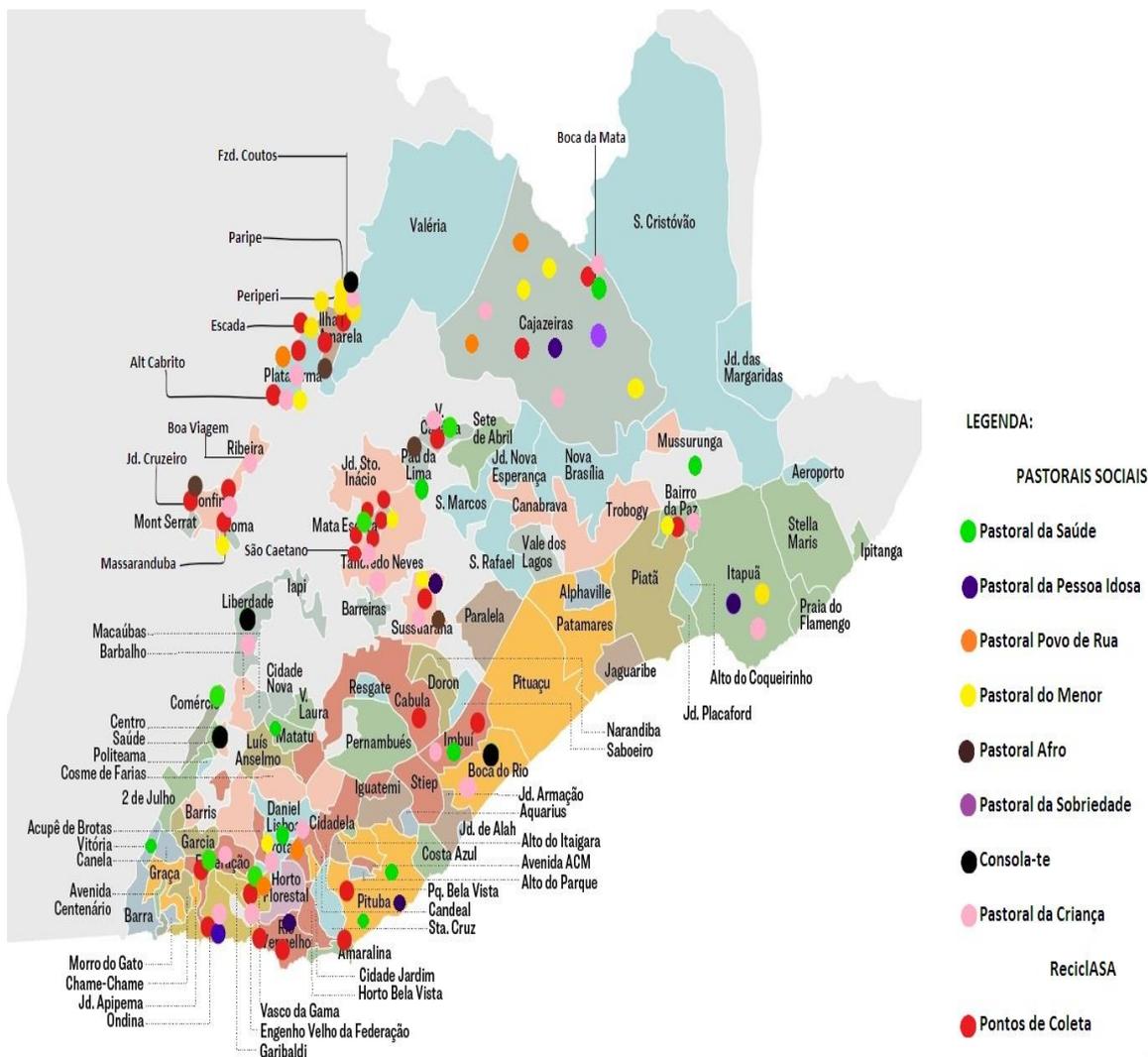
- Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA/BA;
- Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em situação de rua – CIAMP/SSA;
- Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA/SSA - do qual a ASA é membro fundador;
- Fórum Popular de Segurança Pública da Bahia;
- Em Salvador, a ASA tem uma participação ativa no Comitê Metropolitano de Combate à Tuberculose;
- Fórum Baiano de Combate à Tuberculose;

Conforme dados do Portifólio ASA (2019²³), nove são as pastorais e, no Relatório de 2021, este número sobe para dez pastorais, quando é incluída a Pastoral do Migrante. As pastorais são estas: Pastoral do Menor, Pastoral da

²³ Em virtude da Pandemia e das medidas de distanciamento social, o último Portfólio ASA foi publicado no ano de 2019.

Criança, Pastoral Carcerária, Pastoral do Povo de Rua, Pastoral da Pessoa Idosa, Pastoral Afro-Brasileira, Pastoral da Saúde, Pastoral da Aids, Pastoral da Sobriedade, Pastoral do Migrante e a Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência – FCD, sendo que, algumas pastorais, quando preciso, recebem assessoramento jurídico, ou seja, orientações extra judiciais e direcionamento para instâncias de defesas de direito, bem como, o atendimento consultivos aos agentes de pastorais, sobre as demandas próprias de cada atividade pastoral. Todas as pastorais que têm vínculo com a ASA realizam um trabalho efetivo nas comunidades da periferia de Salvador, tais como a região do Subúrbio Ferroviário, Mata Escura, Cajazeiras, entre tantas outras localidades.

Para além dos trabalhos específicos das pastorais, existem três grandes projetos que estão vinculados ao trabalho da Rede ASA: o projeto Levanta-te e Anda, para pessoas em situação de rua e exclusão social, na região de Água de Meninos; o Força Feminina, com mulheres em situação de prostituição, no Pelourinho; e o Consola-te, uma rede de apoio aos familiares de vítimas de violência, em Marechal Rondon e no Alto do Cabrito. Na imagem abaixo, apresentamos, uma síntese da área de atuação da ASA, e a presença das pastorais no território de Salvador:



Fonte: ASA – Portifólio, 2019

Com o mapa apresentado pode-se constatar a presença das pastorais, bem como o acompanhamento nas diversas regiões da cidade de Salvador. Este movimento de inserção, pelas pastorais sociais com a articulação da ASA, em bairros da periferia, possibilita o contato com as diferentes situações de vulnerabilidade social, econômica e humana realizado. Sobre esta presença nas comunidades, Scherer (2014, p. 35) nos indica: “a multiplicidade das comunidades eclesiais de base, possibilitam à nova utopia de libertação penetrar nas áreas rurais empobrecidas, nas favelas urbanas”. Assim, a práxis das pastorais sociais propõe e pode favorecer ações concretas de mobilização, formação e acompanhamento humano, entre tantas, que contribuam para uma inserção sociopolítica dos diferentes setores da sociedade.

A consciência cidadã, por sua vez, vai sendo construída para uma práxis emancipatória de transformação a partir de um caminho educacional do saber social; e, ao se inserir nas comunidades, os articuladores das pastorais, colaboram na formação dos agentes das pastorais que estão no contato com aqueles que vivem em situação de vulnerabilidade. Os agentes, por sua vez, atuam na própria realidade, convidando os sujeitos a tomarem participação na própria busca por condição de vida digna, educando e alertando as pessoas em situação de vulnerabilidade para os próprios direitos, cuidando da autoestima e, motivando para a capacidade de lutar por justiça social. Essa prática formativa e elucidativa permite, então, ao sujeito apreender os próprios direitos enquanto membro de um corpo social. Sobre esta contribuição das pastorais, Scherer (2014, p. 41) afirma: “A Igreja, através de uma nova produção teológica e uma nova prática pastoral, ajudou no processo de conscientização do povo”. Desta forma, ao se inserir em cada realidade, o trabalho das pastorais é de acompanhamento, escuta, diálogo e formação de consciência social, e, como nos recorda Maria Victoria (2000, s.p),

É a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Isso significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados – os quais devem se transformar em práticas.

Sobre este movimento natural de inserção realizado pelas pastorais nas diversas comunidades, respondendo aos apelos das variadas manifestações da questão social, Boff (2015, p. 34) nos recorda que este movimento foi, também, desafiador e exigente ao afirmar que:

Não há exigência educativa na sociedade brasileira que tenha levado mais a sério a necessidade de inserção e encarnação concreta nos meios populares que a Igreja. Foi um movimento que agitou o corpo inteiro da instituição eclesial numa linha de “passar para o povo”, “mover-se para a periferia”, “inserir-se nos meios populares”, etc. [...] obrigou mesmo teólogos e outros intelectuais cristãos a assumirem compromissos concretos com grupos oprimidos.

E continua afirmando sobre a importância da inserção nas comunidades, pois,

É a partir da inserção que o agente poderá descobrir de modo mais claro as limitações de seu meio social, compreender realmente as condições de existência e consciência do povo, e contribuir efetivamente para seu crescimento. Por outro lado, é também a partir da inserção e do agente no povo que este poderá elevar seu nível de consciência, de organização e de luta. (Idem, p. 39)

Analisando a necessidade da inserção para êxito dos trabalhos com os excluídos, Boff sinaliza outro modo de se compreender o trabalho das pastorais, situando este trabalho na perspectiva do “trabalho popular” onde o povo, as classes e minorias tornam-se sujeitos transformadores da realidade, o que pede aos agentes e articuladores que sejam agentes educativos das classes populares numa perspectiva integral do ser humano, o que implica luta por transformação social, recordando a luta por direitos, que, se torna, em paralelo, condição básica para a conquista do exercício pleno da cidadania. Atuando nos grupos minoritários e excluídos socialmente, o trabalho das pastorais procurando fazer valer a autonomia do sujeito, se torna movimento de resistência contra as formas de opressão e a cultura de morte estabelecida.

Quando falamos de resistência, na perspectiva da ação das pastorais, esta “resistência” se manifesta de várias formas e de muitos modos que vão desde a busca de transformação da realidade histórica, permitindo ao sujeito reexistir – ressignificando a sua presença no mundo – até a mobilização em prol de políticas afirmativas e de inclusão social, a partir do compromisso com a justiça e a defesa dos direitos humanos básicos, conforme afirma Andrade (2009, s.p) ao refletir a ação da Igreja Católica em prol dos Direitos Humanos:

O exercício desse compromisso se faz em diferentes dimensões, que incluem a denúncia profética, a formação de consciências, a promoção de lideranças e o apoio efetivo à organização popular, tendo sempre presente que esse apoio tem por objetivo fortalecer o protagonismo dos agentes sociais na transformação da realidade e não o de substituí-los como sujeitos da história.

Enfrentando, ordinariamente, as diferentes manifestações da questão social que afligem a grande número de pessoas em situação de exclusão e marginalização, através das pastorais, os agentes e articuladores são conduzidos à prática da solidariedade, e é uma marca de toda ação transformadora, unindo os sujeitos em ato de compromisso solidário e comunitário. Desta forma, as pastorais sociais agem na defesa da dignidade da pessoa humana em vista de minimizar as feridas sociais existentes, conscientes, contudo, daquilo que Paulo Andrade (2009) afirma:

[...] os direitos sociais não são uma concessão ou um ato de caridade social, mas um dever de justiça que o Estado é obrigado a garantir tendo em vista a dignidade da pessoa humana e o seu direito à vida.

O trabalho desenvolvido através das pastorais sociais, em nível local ou nacional, propõe tornar o indivíduo sujeito de transformação e, não objeto do assistencialismo caritativo, com pleno exercício da própria condição cidadã; favorecendo, desta forma, que o indivíduo abandone o lugar de passividade social assumindo, portanto, o seu lugar de protagonista da própria história. Neste sentido, se compreende que todo o ensinamento social se fundamenta e se orienta para promover a alta dignidade da pessoa humana (cf. CDSI 105-107). Para tanto, é imprescindível que, o fim próximo da ação sociotransformadora, seja a pessoa humana em sua integralidade.

Assim, com a inserção no trabalho das pastorais, os agentes se fazem comprometidos com a transformação social e, experimentam o que Freire (1978, p. 22-23) recordou ao assinalar que:

Existem, contudo, também aqueles que, em número cada vez maior sem renunciar às suas opções cristãs ou renunciando a elas, se comprometem cada vez mais com a causa da libertação das classes dominadas [...] A experiência está lhes ensinando que ser cristão não significa necessariamente ser reacionário, assim como ser revolucionário não implica ser 'demoníaco' [...] Ser revolucionário significa opor-se à opressão e a exploração e estar a favor da libertação das classes oprimidas em termos concretos e não em termos idealistas

Aqui, chegamos ao ponto central: a consciência de que, para que esta ação libertadora aconteça, é preciso um olhar crítico e atual sobre a situação

histórica e “a ação pastoral, qualquer que seja, exige uma constante análise de realidade social [...] que começa com a leitura dos fatos e da conjuntura a partir dos pobres” (CNBB, 2003, p. 13). Neste sentido, somos introduzidos no trabalho realizados através da ASA, das pastorais sociais e organismos vinculados na Cidade do Salvador, sua organização específica e suas contribuições a partir da análise dos relatórios das atividades realizadas.

4.2 - O trabalho das Pastorais Sociais em Salvador: Ações concretas para a Promoção Humana nos anos de 2019-2021

Para apresentação do trabalho desenvolvido, utilizamos, conforme indicado na Metodologia, a análise dos relatórios de atividades 2019-2021²⁴. Por conta da pandemia, e as medidas de restrição social, poucas ações foram realizadas no ano de 2020, o que nos impede de apresentar os dados deste período.

A situação pandêmica nos permite sinalizar a importância e a contribuição do trabalho realizado através das pastorais sociais, visto que, a ausência de UTIs desnudava um problema muito anterior que foi agravado na Pandemia; sinal desta verdade é que em 2012, a Campanha da Fraternidade²⁵ - CF - que tratava do tema da saúde pública no Brasil apontava alguns desafios a serem vencidos no tocante ao da gestão pública e ao financiamento a Estados e Municípios, bem como, os grandes problemas enfrentados pela população atendida no sistema público de saúde, ao sinalizar:

O SUS tem desafios de curto, médio e longo prazo, sobretudo por precisar de mais recursos e da otimização do uso do dinheiro público. Hoje é investido o dobro de recursos na doença (internações, cirurgias, transplantes) do que nas ações básicas de saúde (vacinas e consultas) que previnem a doença. (CNBB, 2011).

²⁴ Em virtude da Pandemia do Novo Coronavírus, e as exigências de distanciamento social, todo o trabalho de 2020 foi prejudicado e, não tivemos acesso ao relatório deste ano conforme as informações da própria ASA.

²⁵ Campanha realizada a cada ano pela CNBB – com início na quarta-feira de cinzas do ano corrente; tem como objetivo, refletir e conscientizar a população sobre dos problemas sociais existentes. No anexo A, apresentamos todos os temas da Campanha da Fraternidade desde a sua 1^o edição em 1964;

Em vista de seguir a organização da ASA, utilizamos a própria divisão que a Instituição apresenta em seus relatórios onde, todo o trabalho realizado, bem como, os serviços desenvolvidos são apresentados. Desta forma, iremos nos deter aos relatórios de 2019 e 2021. Na análise destes, se pode observar que todo o trabalho realizado é subdividido em eixos de atuação e uma apresentação do trabalho das pastorais sociais, conforme observa-se no quadro abaixo:

| | 2019 | 2021 |
|---|--|---|
| Subdivisão do Relatório anual de atividades ²⁶ | Eixo 1: Criança e Adolescente | Eixo 1: Criança e Adolescente |
| | Eixo 2: População em Situação de Rua | Eixo 2: População em Situação de Rua |
| | Eixo 3: Mundo do Egresso | Eixo 3: Mundo do Egresso |
| | Eixo 4: Ações de Assessoramento e Garantia de Direitos | Eixo 4: Direitos Humanos e Articulação |
| | Pastorais Sociais da Arquidiocese | Pastorais Sociais Arquidiocesanas |
| | Eixo 6: Meio Ambiente | No relatório de 2021, este Eixo não é apresentado |

Tabela elaborada pelo autor

²⁶ No ano de 2021, segundo os dados da ASA, o Relatório foi modificado para a tender às demandas do CEBAS.

Para favorecer a compreensão dos dados e entendermos a efetiva contribuição do trabalho das pastorais, analisamos cada eixo ou ponto de subdivisão que são apresentados nos relatórios que tivemos acesso. Nosso ponto de análise se deu sobre comparativo de cada ano que nos propomos refletir sobre quatro pilares, que apresentamos a seguir, com as respectivas justificativas de escolha:

1. Descrição das atividades realizadas – para indicar o que de fato se realiza;
2. Público-alvo – para indicar sobre qual manifestação da questão social o trabalho ocorre;
3. Objetivos alcançados e Resultados obtidos – para indicar a capacidade de atuação da instância e/ou pastoral;
4. Impacto Social – para indicar a relevância deste trabalho para a vida social/comunitária;

4.2.1 - Eixo 1: Criança e Adolescente

As atividades deste eixo são realizadas através do trabalho da Pastoral do Menor. O papel da Pastoral em Salvador é assessorar os Centros Comunitários²⁷ espalhados nas periferias da cidade, seja na articulação para atuação em rede, na formação dos educadores, gestores e dos adolescentes atendidos pelos centros comunitários e dos que cometeram ato infracional e cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade. Além da mobilização para participação nos espaços de formulação e monitoramento das políticas públicas e desenvolvimento de ações em parceria com outras organizações sociais da sociedade civil, que atuam na defesa e preservação dos direitos conquistados. As ações desenvolvidas visam novos caminhos, alternativas para ação direta contra o que desvaloriza e viola a vida, sobretudo os direitos das crianças e adolescentes assegurados pela legislação brasileira e mundial.

Público-Alvo:

²⁷ No Anexo B, apresentamos os Centros Comunitários que são acompanhados pela ASA.

Crianças e adolescentes empobrecidos, em situação de risco e vulnerabilidade pessoal e social; e Centros Comunitários, educadores e gestores que trabalham com Crianças e Adolescentes.

Objetivo:

Articular comunidades que realizam atividades socioeducativas com crianças e adolescentes, fomentando a sua participação nos espaços de elaboração e controle de políticas públicas, garantindo a formação de seus agentes de forma a tornar o espaço comunitário consciente do seu potencial, promotor de vida e defensor de uma educação preventiva que valorize a dignidade humana, atuando em uma rede em defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Pessoas atendidas²⁸:

2019 – 25 Instituições com 31 pontos de atendimento

2021 – 14 Instituições com 23 pontos de atendimento

Resultados obtidos e/ou Relevância social:

2019:

- Formação de adolescentes multiplicadores em comunidades para mobilização, articulação e garantia dos direitos da criança e do adolescente;
- Participação dos representantes de Centros Comunitários em espaço de controle social;
- Capacitação dos Educadores;

2021:

- Participação na Assembleia do CEDECA;
- Distribuição de 134 cestas básicas e kit de higiene;

²⁸ Conforme os dados da ASA, através da Pastoral do Menor todo o trabalho ocorre no desenvolvimento de ações educativas e preventivas com crianças, adolescentes, educadores e famílias. Com isso, a visita da pastoral aos Centros Comunitários tem o objetivo de estreitar laços, dinamizar ações entre ambos, bem como, socializar informações. Deste modo, com a presença nos Centros Comunitários, ocorre a assistência pedagógica, as formações e assessoria aos educadores, em vista de promover o protagonismo infanto juvenil para a transformação de suas realidades.

- Os representantes da ASA no CMDCA participaram em 09 assembleias, em 01 reunião de câmara técnica (Infraestrutura e Legislação);
- *Live* do Dia Estadual de Enfrentamento aos Homicídios e à Impunidade contra crianças e adolescentes, promovido pelo Centro de referência Integral de Adolescentes e live Gritinho: Vida em Primeiro Lugar: Na luta por participação popular, saúde, comida, moradia, trabalho e renda já!
- Atividades em parceria com a Cáritas para promoção da incidência política dos adolescentes e jovens através dos encontros de articulação do Projeto Kinder, encontro de convivência e círculo terapêutico;
- Realização da Rede Adolescente é uma atividade de escuta e formação dos educadores que trabalham, sobretudo com adolescentes, realizada há mais de dez anos com assessoria temática e uma pessoa da equipe pastoral a fim de ajudá-los na sua prática, fortalecendo o senso crítico, o protagonismo das crianças, adolescentes e jovens atendidos e assim formar futuras lideranças;

4.2.2 - Eixo 2: População em situação de Rua (através do Projeto Levanta-te e anda)

Todo este trabalho é realizado através da Pastoral do povo em situação de Rua, através do Projeto Levanta-te e anda, bem como a Revista Aurora da Rua, que atua de forma continuada, permanente e planejada, prestando serviços de proteção social a pessoas em situação de rua, portanto, em situação de vulnerabilidade social e pessoal, nos termos da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742/1993, atualizada pela Lei nº 12.435/2011 respeitada as Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social – CNA em especial as Resoluções CNAS nº 333/2011 e nº 24/2011 e as normas vigentes.

Público-Alvo:

Pessoas em situação de Rua.

Objetivo:

Atender e apoiar a População em Situação de Rua do Município de Salvador, especialmente da Cidade Baixa, através de um Centro de Convivência com ações relacionadas à assistência social, atendimento psicológico, higiene, alimentação, espaços que estimulam o desenvolvimento de capacidades e habilidades, para resgatar a dignidade humana e a cidadania.

Pessoas atendidas:

2019 – A longo de todo o ano mais de 8.500 atendimentos, com média diária de 40 pessoas.

2021 – 1.969 acolhimentos com 1.969 quentinhas distribuídas, 1.805 banhos e 181 atividades socioeducativas.

Resultados obtidos e/ou Relevância social:

2019:

- 20 pessoas, que demonstraram desejo de saída da rua, foram acolhidas em “espaço de convivência”;
- Realização de encaminhamentos para a Pastoral Carcerária (orientação jurídica);
- Cadastramento do benefício Bolsa Família e INSS;
- Encaminhamentos aos Centros de recuperação e apoio social, Cap's e CAP's ad, CATA, AA e NA;
- Interlocução com CRAS e CREAS;
- Favorecimento do ensino-aprendizagem através do reforço escolar e noções básicas para conversação em espanhol;
- Fortalecimento da dignidade e cidadania através da regularização da documentação;
- Saída das ruas e encaminhamentos para área de trabalho através da elaboração de currículos, parceria com a cooperativa de reciclagem CAMAPET e outros;

2021:

- O Serviço Social realizou vários encaminhamentos para os Centros Pops²⁹ (e Unidade de Acolhimentos Institucional), NUAR³⁰, Defensoria Pública Especializada em Direitos Humanos e Upas³¹.
- Foram realizados também orientação, incentivo e esclarecimento sobre a vacinação contra a Covid-19, cópia e guarda de documentos, comprovante de residência. Contato familiar via contato telefônico e agendamento para documentação quando possível - Ao total foram 183 atendimentos no serviço social e 104 atendimentos psicológicos, oficialmente registrados, contudo houve muito mais atendimentos que não foram contabilizados.
- A retomada das atividades, após a fase mais aguda de restrições contra a Covid 19, restabeleceu novamente um espaço de segurança, vínculo de confiança e pertença, tendo em vista a retomada do projeto. O desenvolvimento das relações interpessoais aconteceu de forma processual, sendo mantidas todas as ações voltadas para empoderamento, protagonismo, resgate da dignidade, cidadania e a garantia de direitos para a população em situação de rua foram mantidas.

4.2.3 – Eixo 3: O mundo do Egresso

Este trabalho é realizado através da Pastoral Carcerária que se propõe ser uma presença amiga e acolhedora junto as pessoas em situação de privação de liberdade, bem como os egressos, no caminho necessário para chegar a uma assistência social e jurídica. Isso se traduz nas diversas atividades pastorais, nas quais se realizam: visitas aos presídios, assistência jurídica e social, momentos de formação com os egressos, publicação mensal do jornal Mentis Livres, com a participação dos textos produzidos pelos próprios internos do sistema prisional e a Jornada de Libertação com Cristo.

Público-Alvo:

²⁹ Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, previsto no Decreto nº 7.053/2009 e na Tipificação nacional de Serviços Socioassistenciais, constitui-se em unidade de referência da PSE de Média Complexidade, de natureza pública e estatal.

³⁰ Núcleo de Ações Articulada para a População em situação de Rua.

³¹ Unidade de Pronto Atendimento.

Encarcerados, Egressos do sistema prisional, e, no acompanhamento às famílias, a Pastoral Carcerária acompanha o Centro Nova Semente, unidade que acolhe integralmente filhos de internos do sistema prisional, que recebem assistência para sua subsistência, tais como: alimentação, educação básica, moradia, atividades de lazer e integração social etc.

Objetivo:

Acompanhar as pessoas privadas de liberdade em todas as circunstâncias no atendimento das suas necessidades pessoais e familiares, favorecendo a ressocialização e o convívio social.

Pessoas atendidas:

2019 – 15.000 pessoas atendidas com uma média de 44 visitas às unidades prisionais ao longo do ano.

2021 – Por conta da pandemia, as visitas permaneceram suspensas, porém, através de autorização específica do Conjunto Penal Feminino, foram realizadas 05 visitas para acompanhamento e escuta.

Resultados obtidos e/ou Relevância social:

2019:

- Interlocução com CRAS E CREAS (quando há alguma pessoa doente em situação de cárcere ou quando a pessoa recebe a soltura, na busca de assistência sócio emergencial para egressos).
- Assistência jurídica e social.
- As ações da pastoral resultam no resgate da dignidade e da confiança em si e no outro, como forma de reconstrução dos laços com a sociedade, vencendo as barreiras de exclusão.
- O reconhecimento e a denúncia das injustiças, cobrando das autoridades o cumprimento da lei.
- O trabalho de sensibilização e envolvimento da sociedade no tema da questão prisional, de modo que a punição seja justa, para que o sistema cumpra seu papel de ressocialização dos indivíduos.

2021:

- Interlocução com CRAS E CREAS.
- Assistência jurídica e social.
- As ações da pastoral resultam no resgate da dignidade e da confiança em si e no outro, como forma de reconstrução dos laços com a sociedade, com o objetivo de ir vencendo as barreiras de exclusão.
- Encontro com as Direções das Unidades Penais.
- Durante o período da pandemia, foi entregue cestas básicas e kit de limpeza e higiene pessoal como forma de cuidado e prevenção ao contágio do Corona Vírus.

4.2.4 – Eixo 4: Direitos Humanos e Articulação³²

A partir da articulação da Rede ASA, se viabilizam ações que promovam a incidência política e a defesa dos Direitos Humanos direcionadas ao público que está em situação de vulnerabilidade e exclusão social. Esta articulação promove a participação de representantes das comunidades e pastorais e da sociedade civil nos espaços públicos de participação civil, atua na formação de lideranças através da realização da Semana de Formação em Políticas Públicas, articula e promove o Grito dos/as Excluídos/as e, favorece a Promoção da Campanha da Fraternidade, e a defesa das causas que promovem o bem comum.

Público-Alvo:

Participantes da Rede ASA e fiéis das paróquias da Arquidiocese de Salvador, bem como entidades que atuam na defesa dos direitos humanos.

Objetivo:

Articular comunidades e pastorais que realizam atividade em prol dos excluídos/as, fomentando a sua participação nos espaços de elaboração e controle de políticas públicas, garantindo a formação de seus agentes de forma a tornar o espaço comunitário consciente do seu potencial em promover a vida e defender uma prática que valorize a dignidade humana, atuando em rede.

Pessoas atendidas:

³² Utilizaremos a nomenclatura utilizada no Relatório de 2021.

2019 – 10.000

2021 – Por conta das limitações impostas pela pandemia, o ano de 2021 foi marcado por atividades no formato online para atender as orientações sanitárias vigentes. Todavia, pensando em formas de cuidado e de assistência emergencial foram distribuídos para as famílias e comunidades atendidas pela Pastoral do Menor, Pastoral Povo de Rua e Pastoral Carcerária cestas básicas, kits de higiene pessoal e limpeza e kits de proteção individual. No total, foram atendidas 300 famílias.

Resultados obtidos e/ou Relevância social:

2019:

- Interlocução com CRAS e CREAS – sobretudo, no acompanhamento às pessoas em situação de rua, totalizando 111 encaminhamentos, tais como: regularização de documentação; emissão de certidões de nascimento, emissão de fotos, emissão de carteiras identidade, dispensa de Incorporação do Serviço Militar, e comprovante de inscrição do CPF e de residência. Também foram realizados encaminhamentos para cadastramento do benefício Bolsa Família, INSS, bem como encaminhamentos aos centros de recuperação, CAP's e CAP's ad (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), CETAD (Centro Estadual Especializado em Diagnóstico e Pesquisa), Posto de Saúde, hospitais, CATA (Centro de Atenção e tratamento de alcoolismo), Centro de Recuperação, AA (Alcoólicos Anônimo) e NA (Narcóticos Anônimo), entre outros.
- Acompanhamento em oito (08) conselhos de políticas públicas, em três (03) fóruns e em dois (02) comitês, a saber: Conselhos - CMASS (Conselho Municipal de Assistência Social), Conselho Estadual de Proteção aos Direitos Humanos - CEPDH (2019-2021), Conselho Estadual de Saúde – CES, Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMPED, Conselho Estadual do Idoso – CEI, Conselho Estadual da Juventude – CEJUVE, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA; Fóruns - Fórum Popular de Segurança Pública da Bahia; Fórum Baiano de Combate à

Tuberculose; Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA); Comitês - Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAMP) Comissão Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CONEP).

- Realização de dois (02) cursos na Semana de Políticas Públicas, a saber: Políticas Públicas de Educação e Políticas Públicas de saúde
- Realização de quinze (15) oficinas no Seminário da Campanha da Fraternidade, a saber: Políticas Públicas para criança e adolescentes, Políticas Públicas para mulheres, Políticas Públicas de habitação, Políticas Públicas de meio ambiente, Políticas Públicas de direitos humanos, Políticas Públicas de cultura, Políticas Públicas de promoção da igualdade racial, Políticas Públicas agrária e segurança alimentar, Políticas Públicas para a pessoa idosa, Políticas Públicas de educação, Políticas Públicas de juventude, Políticas Públicas de saúde, Conselho Tutelar, Políticas Públicas de segurança pública e Políticas Públicas para pessoa com deficiência.

2021:

- Interlocução com CRAS e CREAS, através dos encaminhamentos e acompanhamentos às pessoas em situação de rua, tais como Emissão e regularização de documentos, cadastramento nos programas de auxílio e benefício social.
- Sessão especial na Câmara de Vereadores de Salvador (sobre o Grito dos Excluídos), com o tema do Grito 2021: Vida em primeiro lugar: Na luta por participação popular, saúde, comida, moradia, trabalho e renda já!
- Webinar e Audiência Pública sobre o tema do Grito dos Excluídos, a saber: Vida em primeiro lugar: Na luta por participação popular, saúde, comida, moradia, trabalho e renda já³³!
- Promoção do Diálogo Ecumênico, através da temática da Campanha da Fraternidade com o seguinte tema: Fraternidade e diálogo: Compromisso de Amor.

³³ No Anexo C, as Entidades que participaram da construção do 27º Grito dos Excluídos em 2021.

4.2.5 – Pastorais Sociais:

Este eixo, apresenta o trabalho realizado por algumas pastorais sociais. Aqui apresentamos as ações desenvolvidas por algumas instâncias que ainda não foram apresentadas em outros eixos.

Pastoral da Sobriedade:

A Pastoral da Sobriedade é uma resposta diante de uma problemática enfrentada pela sociedade, considerando que 25% da população brasileira está, direta ou indiretamente, ligada ao fenômeno do uso abusivo de substâncias psicoativas. A Pastoral da Sobriedade capacita aqueles, que de alguma maneira, se identificam com a causa e desejam lutar pela vida, tornando-se um agente da Pastoral, auxiliando nos grupos de autoajuda com o apoio e articulação da ASA.

Público-Alvo:

Participantes da Rede ASA, fiéis das Paróquias da Arquidiocese de Salvador, demais pessoas que desejam auxílio para vencer o drama do vício.

Objetivo:

Prevenção, intervenção, recuperação, reinserção familiar e atuação política das pessoas que são dependentes de substâncias psicoativas.

Presença no Território Arquidiocesano e/ou pessoas atendidas:

Presença em 06 Paróquias.

Resultados e/ou Relevância Social:

2019:

- Promoção de curso e formação para capacitação de novos agentes.

2021:

- Participação nos Conselhos de Saúde e sobre as Drogas.
- Encaminhamentos às Comunidades Terapêuticas de São Francisco de Candeias e Santa Teresinha em Pojuca.

- Encaminhamentos, para o CAPS e comunidades terapêuticas (para o processo de recuperação). Acompanhamento dos adictos³⁴ e da família, antes, durante e após internação.

Pastoral da Afro:

A Pastoral Afro-Brasileira pertence à Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz. É um serviço que atende os afro-brasileiros que vivem a sua fé em comunhão com o compromisso cristão, buscando a superação das desigualdades, da exclusão social, da miséria e da violência contra o povo negro, através de políticas públicas que favoreçam a inclusão social e o reconhecimento dos direitos da população afro-brasileira.

Público-Alvo:

Participantes da Rede ASA, fiéis das Paróquias da Arquidiocese de Salvador, e demais pessoas que desejam colaborar na superação das desigualdades e reconhecimento dos direitos da população afro-brasileira.

Objetivo:

Proporcionar vivências a partir do Evangelho no resgate da cultura afro-brasileira despertando a consciência individual e coletiva da (o) negro (a). De modo especial, despertar na comunidade negra a sua autoestima para melhor relacionamento consigo mesma, com o outro e com a sociedade, proporcionar estudos da cultura afro-brasileira numa perspectiva de retomada do processo histórico cultural em busca da dignidade humana, valorizar e respeitar as diversas culturas em seus múltiplos aspectos e promover práticas educativas como elemento emancipador dos negros e excluídos buscando dignidade e a cidadania.

Presença no Território Arquidiocesano e/ou pessoas atendidas:

2019: Presença em 06 Paróquias e/ou núcleos.

2021: Presença em 07 Paróquias e/ou núcleos.

³⁴ Pessoa em recuperação.

Resultados e/ou Relevância Social:**2019:**

- Implantação de um (01) novo núcleo da Pastoral Afro.
- Realização do Seminário Arquidiocesano da Pastoral Afro com a participação de cem (100) pessoas, promovendo a conscientização social.
- Celebração do Dia da Consciência Negra.

2021:

- Celebração do Dia da Consciência Negra.
- Promoção de Cursos e Formações sobre a temática e a inserção da pessoa negra.

Pastoral da Pessoa Idosa:

A Pastoral da Pessoa Idosa (PPI), criada pela CNBB, em 2004, busca promover o respeito à dignidade e à cidadania das pessoas idosas, colaborando para a divulgação e implementação do Estatuto do Idoso, estimulando uma velhice ativa e uma longevidade digna. As ações da PPI acontecem principalmente no acompanhamento das pessoas idosas com as visitas domiciliares, bem como em outras atividades complementares afins, que buscam promover o desenvolvimento físico, mental, social, espiritual, cognitivo e cultural da pessoa idosa.

Público-Alvo:

Participantes da Rede ASA, fiéis das Paróquias da Arquidiocese de Salvador, e demais pessoas que desejam colaborar na promoção e respeito à dignidade das pessoas idosas.

Objetivo:

Assegurar a dignidade e a valorização integral das pessoas idosas, através da promoção humana e espiritual, respeitando seus direitos, num processo educativo de formação continuada destas, de suas famílias e de suas comunidades, sem distinção de raça, cor, profissão, nacionalidade, sexo, credo religioso ou político, para que as famílias e as comunidades possam conviver respeitosamente com as pessoas idosas, protagonistas de sua autorrealização.

Presença no Território Arquidiocesano³⁵ e/ou pessoas atendidas:

2019: Presença em 09 Paróquias e/ou núcleos.

2021: Presença em 09 Paróquias e/ou núcleos.

Resultados e/ou Relevância Social:**2019:**

- Acompanhamento domiciliar contínuo à pessoa idosa e preenchimento e análise eletrônica da FADOPI - Folha de Acompanhamento Domiciliar da Pessoa Idosa.
- Promoção do desenvolvimento físico, mental, social, espiritual, cognitivo e cultural dos idosos.
- Participação nos conselhos de políticas públicas da pessoa idosa, em nível municipal e estadual.

2021:

- Acompanhamento telefônico à pessoa idosa, em consequência, da pandemia da Covid-19.
- Participação nos conselhos de políticas públicas da pessoa idosa, em nível municipal e estadual.

Pastoral da Saúde:

A Pastoral da Saúde é a ação evangelizadora de todo povo de Deus, comprometido a defender, promover, preservar, cuidar e celebrar a vida, tornando presente na sociedade de hoje a missão libertadora de Cristo no mundo da saúde, nas seguintes dimensões: Solidária, ao favorecer e estimular a solidariedade para com os doentes e sofredores nos hospitais, domicílios e comunidades, atendendo a pessoa na sua dimensão física, psicológica, social e espiritual; Comunitária, no apoio e capacitação de agentes multiplicadores de saúde e criação de grupos comunitários que atuem no campo da prevenção, promoção, educação e humanização das instituições de saúde através de um

³⁵ A PPI tem uma presença ampliada nos Municípios que compõe o território da Arquidiocese. Todavia, para limitação da nossa pesquisa, indicamos, apenas, os dados que se referem a esta presença em Salvador.

processo participativo e transformador; e Político-institucional, com uma atuação política junto aos órgãos e instituições, públicos e privados que prestam serviços e formam profissionais na área da saúde, além da participação nos Conselhos em nível Municipal, Estadual e Nacional buscando a humanização do Sistema de Saúde, a fiscalização das políticas públicas.

Público-Alvo:

Participantes da Rede ASA, fieis das Paróquias da Arquidiocese de Salvador, e demais pessoas que desejam colaborar na promoção e respeito à dignidade das pessoas enfermas.

Objetivo:

Promover a solidariedade com os doentes e sofredores nos hospitais, domicílios e comunidades, atendendo a pessoa na sua dimensão física, psicológica, social e espiritual e atuação política em espaços de controle social.

Presença no Território Arquidiocesano e/ou pessoas atendidas³⁶:

2019: Cerca de 5.000 mil pessoas atendidas dentro de Salvador.

2021: Não apresenta os dados.

Resultados e/ou Relevância Social:

2019:

- Visitas semanais a cinco (05) hospitais em Salvador.
- Participação no Conselho Estadual de Saúde e no Fórum de Combate à Tuberculose.
- Realização do Fórum Interreligioso de Saúde.

2021:

- Participação no Conselho Estadual de Saúde.

Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência (FCD):

³⁶ Na situação de pandemia, esta foi uma das pastorais mais prejudicadas, pois parte da sua atuação ocorre nos hospitais, e, diante da permanência da pandemia do COVID-19 não foram realizadas atividades em respeito aos protocolos de segurança visando a diminuição do contágio do vírus.

A Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência (FCD) é um movimento internacional e ecumênico, de apostolado leigo, de natureza promocional e inclusiva, no qual as próprias pessoas com deficiência e/ou doentes, assumem sua direção e se encarregam de sua difusão.

Público-Alvo:

Participantes da Rede ASA, fiéis das Paróquias da Arquidiocese de Salvador, e demais pessoas que desejam colaborar na promoção e respeito à dignidade das pessoas com deficiência.

Objetivo:

Envolver em suas atividades evangelizadoras, pessoas doentes e/ou com deficiência como colaboradores plenamente conscientes da marginalização dos doentes e das pessoas com deficiência, dentro de uma sociedade com acentuadas desigualdades, injustiças e discriminações, afirmando o seu espírito de serviço a todos indistintamente.

Presença no Território Arquidiocesano e/ou pessoas atendidas:

2019: Cerca de 464 pessoas atendidas

2021: Não apresenta dados.

Resultados e/ou Relevância Social:

2019:

- Participação nos conselhos de políticas públicas da pessoa com deficiência, em nível municipal e estadual.
- Promoção de espaços de partilha, escuta e convivência.

2021:

- Participação nos conselhos de políticas públicas da pessoa com deficiência, em nível municipal e estadual.
- Realização na Roda de Conversa sobre Acessibilidade.

4.2.6 – Eixo Meio Ambiente:

No relatório de 2019, é apresentado, ainda, outra dimensão do serviço prestado pelas pastorais através da ASA, atuando na preservação do Meio Ambiente e, naturalmente, o cuidado com a “casa comum”, expressão utilizada pelo Papa Francisco para falar do cuidado e compromisso social com a preservação do Planeta e, conseqüentemente, da Criação. É nesta linha de ação que foi criado o Projeto Recicl(ASA), com o objetivo de estimular a preservação do meio ambiente, de forma sustentável, pelo reaproveitamento do óleo de cozinha e conseqüente melhoria da qualidade de vida.

Resultados obtidos e/ou Contribuições para a preservação ambiental:

- Instalação dos coletores de óleo em pontos comerciais, condomínios, centros educacionais (públicos e privados), paróquias e instituições parceiras.
- Realização de rodas de conversas em colégios/escolas sobre o meio ambiente e meios de preservação.
- Promoção da preservação ecológica seguindo o “Calendário Verde”, ou seja, as datas importantes para a preservação do meio ambiente.
- Realização de panfletagem nos bairros para conscientizar a população sobre os cuidados com o meio ambiente e coleta do óleo de cozinha.
- Com os dados de 2019, se estima ter retirado do meio ambiente cerca de 5.890 litros de óleo residual de cozinha e, para cada litro, também foi retirado do meio ambiente duas garrafas pets.
- Contratação de um funcionário que já esteve em situação de rua e foi atendido pelo Projeto Levanta-te e Anda.

Embora se perceba que a pandemia prejudicou o trabalho realizado pelas pastorais sociais através, e por intermédio da ASA, os relatórios apresentam, uma série de ações em cada eixo apresentado atuando sobre as mais diversas manifestações da questão social em Salvador; pode-se entender, desta forma, que o trabalho realizado através das pastorais, oferece uma ruptura com o modo assistencialista, conforme nos recorda Zachariadhes (2006, s.p), pois,

[...] lutam para que os chamados pobres ou excluídos não necessitem de esmolas ou caridade (e para isso é necessário transformar o sistema) e lembram que as classes populares são construtoras de sua própria libertação.

Deste modo, através destas ações, as pastorais buscam responder às demandas da população em situação de vulnerabilidade, em vista de um verdadeiro desenvolvimento que, conforme nos indica Coriolano (2003, p. 26) somente ocorre quando:

[...] toda as pessoas são beneficiadas, quando atingem a escala humana – quando elas tiverem assegurado uma existência digna, com padrão de vida capaz de garantir a si e a sua família saúde, bem estar, alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos, segurança, repouso e lazer

Aqui chegamos ao eixo norteador de todo o trabalho desenvolvido, a busca de propor e colaborar no enfrentamento das múltiplas manifestações da questão social, em vista de um contínuo e verdadeiro desenvolvimento da pessoa humana, na defesa da sua dignidade.

Considerações Finais:

Ao ampliar a nossa compreensão sobre o trabalho desenvolvido pelas Pastorais Sociais, sobretudo em relação ao enfrentamento das múltiplas manifestações da questão social na cidade de Salvador, esta pesquisa nos permitiu analisar as contribuições que o trabalho das pastorais realizou entre 2019-2021, período marcado, também, pela pandemia do Covid 19.

Tendo como pressuposto que uma contribuição valiosa pode ser ofertada através do trabalho de base das pastorais e dos inúmeros desafios enfrentados, que esta reflexão buscou melhor compreender a dimensão sociotransformadora da pastoral social. Para o êxito da nossa pesquisa, buscamos, inicialmente, maior proximidade com tema a ser desenvolvido; propomo-nos a uma reflexão sobre o agir da pastoral em sua construção histórica, estrutural e organizacional em nível nacional, apresentando, assim, como se deu o processo de gênese das pastorais sociais, que respondem na prática o Ensino Social cristão: o diálogo interdisciplinar da teologia com as ciências do campo social, a abertura promovida pelo Vaticano II, bem como a delimitação geográfica desta pesquisa, limitando-a à Cidade do Salvador.

Fez-se necessário conhecer como acontece o trabalho de articulação e integração das pastorais entre si, com as comunidades e sujeitos que favorece a mobilização e articulação social com os movimentos sociais e reivindicatórios, sobretudo, a partir das contribuições dos autores que se dedicaram a refletir sobre a temática em questão, foi possível apresentar e refletir sobre a contribuição que o labor das pastorais sociais, promove favorecendo a sensibilização, a conscientização e, a organização/articulação dos sujeitos. Em síntese, pode-se afirmar que o trabalho de inserção sociopolítica das pastorais sociais nas comunidades contribui na medida em que, oferece uma base estrutural que os movimentos populares precisam para a organização das atividades de mobilização social.

Todavia, não se pode esquecer que todo o trabalho realizado através das pastorais tem como fim último, proteger e defender a dignidade da pessoa humana em sua integralidade. Ao recordar a cada sujeito a própria dignidade humana, o trabalho das pastorais se faz resistência, pois, “cria-se a consciência

não apenas do direito a um direito, mas, o direito e o dever de lutar por este direito e de participar em seu próprio destino”, conforme nos recorda Scherer (2014, p. 69).

Deste modo, a partir das reflexões realizadas nos primeiros capítulos, propusemos um caminho de análise que possibilitasse o entendimento da pastoral social em sua articulação no território da Cidade do Salvador, através da ASA, bem como sua contribuição enquanto presença na Cidade do Salvador, motivando o trabalho de mobilização e compromisso social, auxiliando no enfrentamento das questões que colocam o sujeito em situação de vulnerabilidade e exclusão social; para isso, analisamos os relatórios das atividades desenvolvidas nos anos de 2019-2021.

Com a análise desenvolvida, pode-se perceber, não somente a importância do trabalho realizado, mas, ficou notório e urgente, a necessidade de se ofertar uma atenção especial ao trabalho desenvolvido, seja no acompanhamento dos agentes de pastoral com formação e sensibilização às dores sociais, seja na promoção e articulação de atividades que possibilitem ampliar as parcerias existentes com os movimentos populares em vista de colaborar para minimizar as desigualdades existentes.

Aqui, para nós, se descortina algo essencial: o agir das pastorais sociais enquanto articulação, através da ASA, se desenvolve de modo a favorecer o caráter sociopolítico, participativo e emancipatório do sujeito, na promoção, conscientização e defesa dos direitos humanos básicos e da integralidade da pessoa humana como fator de mobilização social. Em síntese, podemos afirmar que enquanto “corpo intermediário”, as pastorais contribuem para a diminuição das desigualdades e injustiças existentes em nosso país a partir da mobilização em prol da participação e inserção popular.

Referências:

ALONSO, Angela et al. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 76, p. 49-86, 2009.

ALVES, Solange Dias de Santana. **A Igreja Católica na Bahia: Fé e Política**. SEMOC, 2009.

ANDRADE, Paulo Fernando de. **A IGREJA E OS DIREITOS HUMANOS**. 2009. Disponível em: <http://www.cefep.org.br/a-igreja-e-os-direitos-humanos-paulo-fernando-carneiro-de-andrade/>

AQUINO JUNIOR, Francisco. **PASTORAL SOCIAL – Dimensão Socioestrutural da caridade cristã**. Brasília-DF: Edições CNBB, 2016.

ARENAS, Sandra. **Conferências do Conselho Episcopal latino-americano (CELAM)**. 2018. Visualizado em 10.02.2022. Disponível em: <http://teologicalatinoamericana.com/?p=1475>.

ASA, **RELATÓRIO 2019**.

ASA, **RELATÓRIO 2021**.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação em Direitos Humanos: de que se trata?** 2000. – Disponível em: <https://respeitarepreciso.org.br/educacao-em-direitos-humanos-de-que-se-trata/>. Acesso em 20.04.2022.

BOFF, Clodovis. **Como trabalhar com o povo e com os excluídos**. Petrópolis: Vozes, 2015.

BORGES, Angela in IVO, Anete Brito Leal. **Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 110 problemáticas contemporâneas**. 2ª ed. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; 2020.

BRIGHENTI, Agenor. **A Pastoral dá o que pensar: a inteligência da prática transformadora da fé**. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

CASTRO, Mary Garcia, ABRAMOVAY, Miriam in IVO, Anete Brito Leal. **Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 110 problemáticas contemporâneas**. 2ª ed. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; 2020.

COELHO, Alexandra Prado. **O que faremos se o sistema já não conseguir criar trabalho?** - entrevista Ansel Jappé - disponível em: <http://www.publico.pt/destaque/jornal/o-que-faremos-se-o-sistema-ja-nao-conseguir-criar-trabalho-26412168> - 2013.

COMPÊNDIO DO VATICANO II: Constituições, decretos, declarações. 29.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

CORIOLANDO, Luzia Neide. O desenvolvimento voltado às condições humana e o turismo comunitário. CORIOLANDO, Luzia Neide; LIMA, Luiz Cruz (Org.) **Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental**. Fortaleza: UDECE, 2003.

CNBB. Setor Pastoral Social. **As Pastorais Sociais na virada do milênio**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

CNBB. **A COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL PARA A AÇÃO SOCIAL TRANSFORMADORA E A PASTORAL DE CONJUNTO**, 2017.

CNBB. **Campanha da Fraternidade 2012: Texto-Base**. Brasília, Edições CNBB. 2011.

CNBB. **O que é Pastoral Social?** Cartilhas 4.ed. São Paulo: Loyola, 2003.

www.cnbb.org.br. visualizado entre junho e novembro de 2022.

DA SILVA, Cláudia N. **Igreja católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências**. Revista Sociologias, Porto Alegre, 2006.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Rio de Janeiro: UNIC, 2009.

FERRARO, Benedito. **Prática pastoral e transformação social**. Belo Horizonte, Revista Horizonte, 2007.

FRANCISCO. **Carta Encíclica Fratelli Tutti** – Sobre a Fraternidade e a Amizade Social. São Paulo: Paulus, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Os cristãos e a libertação dos oprimidos**. Lisboa. Edições de Base, 1978.

FREIRE, Paulo. **Conscientização – teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 4. ed. São Paulo: Moraes. 1980.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREITAS. Maria do Carmo Soares de, PENA Paulo Gilvane Lopes. **Fome e Pandemia de Covid-19 no Brasil**. TESSITURAS. V8 S1. JAN-JUN 2020. Pelotas-RS.

GIL, Antônio Carlos. **MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA SOCIAL**. 6ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS E LUTAS SOCIAIS: A Construção da Cidadania dos Brasileiros**. 7. Ed. São Paulo: Loyola, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI. Antigos e novos atores sociais.** Petrópolis: Vozes, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos.** 11.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOHN, Maria da Glória in IVO, Anete Brito Leal. **Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 110 problemáticas contemporâneas.** 2ª ed. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; 2020.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira. A visão da espionagem.** Rio-São Paulo: Record, 2014.

GONÇALVES, Alfredo José (Org.). **O que é Pastoral Social? Cartilhas de Pastoral Social.** CNBB. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2003.

GRITO DOS EXCLUÍDOS, www.gritodosexcluidos.com/historia. Visualizado entre maio e outubro de 2022.

GUIA, **Ação Social Arquidiocesana**, 2019. Av. Leovigildo Filgueiras, 270, Garcia, Salvador/BA

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/10/25/pesquisa-mostra-que-75percent-dos-conselhos-e-comites-nacionais-foram-extintos-ou-esvaziados-no-governo-bolsonaro.ghtml> – visualizado em 26.10.2021

HARVEY, David. **Para entender o Capital – Livro I.** Boitempo. E-Book.

HARVEY, David. **CONDIÇÃO PÓS-MODERNA.** 17ªed. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

IMERSON, Alves Barbosa. **A Esquerda Católica na Formação do PT.** UNESP. Marília/SP, 2007.

IVO, Anete Brito Leal. **Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 110 problemáticas contemporâneas**. 2ª ed. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; 2020.

KRELL, Andreas. **Direitos sociais e controle judicial no Brasil e na Alemanha: os (des)caminhos de um direito constitucional “comparado”**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2002.

KRISCHKE, P.; MAINWARING, S. **A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)**. Porto Alegre: L&PM/CEDEC, 1986.

JOÃO PAULO II. **Carta Apostólica NOVO MILLENNIO INEUNTE**. 12. Ed. São Paulo: Paulinas, 2003.

JOSÉ, Emiliano. **As asas invisíveis do padre Renzo**. São Paulo: Casa Amarela, 2002.

LEPIKSON, Maria de Fátima, VIEIRA, Roberto Carlos in IVO, Anete Brito Leal. **Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 110 problemáticas contemporâneas**. 2ª ed. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; 2020.

LOWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

MIRANDA. Mário de França. **Aparecida a hora da América Latina**. São Paulo: Paulinas, 2006.

MONNEERAT, Giselle Lavinias e SOUZA, Rosimary Gonçalves de. **INTERSETORIALIDADE E POLÍTICAS SOCIAIS: Contribuições ao debate contemporâneo.**

MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social.** 3ª ed, v. 5. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, Alberto da Silva. **Teses iniciais sobre a implicação mútua entre Igrejas e Movimentos Sociais.** Caminhos (PUC), Goiânia, v. 3, n. 1, 2005.

MOREIRA, Alberto da Silva. **Contribuições da Teologia da Libertação para os movimentos sociais.** Caminhos (PUC), Goiânia, v. 10, n. 2, 2112.

MOREIRA, Alberto da Silva. **Democracia e Direitos Humanos no Brasil: As contribuições da Teologia da Libertação.** Caminhos (PUC), Goiânia, v. 14, n. 1, 2016.

MULLER, Gerhard. GUTIÉRREZ, Gustavo. **Ao lado dos pobres: Teologia da Libertação.** São Paulo: Paulinas, 2014.

NASCIMENTO, Zélia Cristina Pedrosa do, COSTA, Francisco Canindé de Moraes, NASCIMENTO, Hostina Maria Ferreira do. **O Grito dos Excluídos em Mossoró – Construção coletiva e educação popular.** IV CONEDU, 2017.

OFFE, Claus. **CAPITALISMO DESORGANIZADO.** 1ª reimpressão. São Paulo. Editora Brasiliense, 1995

OLIVEIRA, Camila Moraes de. **A gênese da Pastoral Afro-Brasileira (PAB) e sua atuação em prol da questão racial.** Revista NEIAB-UEM. v. 01, n. 01, jul. 2017.

PICQ, Manuela L. in IVO, Anete Brito Leal. **Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 110 problemáticas contemporâneas**. 2ª ed. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; 2020.

PEREIRA, Camila Potyara. **Necessidades Humanas: Subsídio crítica dos mínimos sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA. **Pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro** - 2006. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22561/3/ARTIGO_PobrezaCausasInterpretacoes.pdf - acesso em 05.03.2021.

PEREIRA, Sueli Maria da Silva, MICK, Jossimário, RODRIGUES, Filipe Sousa. **Quando a iniciativa local de uma Comunidade garante alguns direitos sociais**. SEMOC, 2015.

PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. 7.ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

Portfólio, ASA 2019.

RAMALHO, José Ricardo in IVO, Anete Brito Leal. **Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 110 problemáticas contemporâneas**. 2ª ed. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; 2020.

RITO, Honório. **INTRODUÇÃO À TEOLOGIA**. 2ª ed. Petrópolis. Vozes, 1998.

SEGUNDO, Juan Luis. **Teologia da Libertação – Uma advertência à Igreja**. São Paulo: Edições Paulinas, 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. 6ª ed. São Paulo. Edições Loyola, 2014.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais no Brasil Contemporâneo**. História: debates e Tendências. v. 7, n. 1, jan./jun. 2007, p. 9-21, publ. no 2º sem. 2008.

Semana Social Brasileira. <https://ssb.org.br/institucional/>. Visualizado entre agosto e novembro de 2022.

TELLES, Sabrina de Oliveira Silva, SOUZA, Claudio André de. **MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTADO: uma reflexão teórica sobre a Teoria do Confronto Político**. SEMOC, 2019.

TORRES, Silvia Faber. **O princípio da subsidiariedade no direito público contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

<https://jus.com.br/artigos/30515/o-principio-da-subsidiariedade>, visualizado junho de 2022.

VIEIRA, Domingos Lourenço. **Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Paulus, 2013.

VIEIRA. Domingos Lourenço. **Doutrina Social da Igreja: Introdução à ética social**. São Paulo: Paulus, 2013.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. **CEAS: A RESISTÊNCIA DE SETORES DA IGREJA CATÓLICA DURANTE O REGIME MILITAR NA BAHIA**, VIII SEMOC, 2005.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro, **CEAS: Teologia da Libertação e Marxismo**. IX SEMOC, 2006.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro, **CEAS: JESUÍTAS E A QUESTÃO SOCIAL DURANTE A DITADURA MILITAR**, 2007.

www.asasalvador.org.br, visualizado entre novembro/2021 e março/2022.

ANEXOS

ANEXO A - Temas da Campanha da Fraternidade³⁷

- 1964 – Igreja em Renovação
- 1965 – Paróquia em Renovação
- 1966 – Fraternidade
- 1967 – Corresponsabilidade
- 1968 – Doação
- 1969 – Descoberta
- 1970 – Participação
- 1971 – Reconciliação
- 1972 – Serviço e vocação
- 1973 – Fraternidade e Libertação
- 1974 – Reconstruir a Vida
- 1975 – Fraternidade é repartir
- 1976 – Fraternidade e Comunidade
- 1977 – Fraternidade na Família
- 1978 – Fraternidade no mundo do trabalho
- 1979 – Por um mundo mais humano
- 1980 – Fraternidade no mundo das migrações, exigência da Eucaristia
- 1981 – Saúde e Fraternidade
- 1982 – Educação e fraternidade
- 1983 – Fraternidade e violência
- 1984 – Fraternidade e vida
- 1985 – Fraternidade e fome
- 1986 – Fraternidade e terra
- 1987 – A Fraternidade e o menor
- 1988 – A Fraternidade e o negro
- 1989 – A Fraternidade e a comunicação
- 1990 – A Fraternidade e a mulher

³⁷ Conforme os dados do site da CNBB, com visualização dia 13.11.2022.

- 1991 – A Fraternidade e o mundo do trabalho
- 1992 – Fraternidade e juventude
- 1993 – Fraternidade e moradia
- 1994 – A Fraternidade e a família
- 1995 – A Fraternidade e os excluídos
- 1996 – A Fraternidade e a política
- 1997 – A Fraternidade e os encarcerados
- 1998 – Fraternidade e educação
- 1999 – Fraternidade e desempregados
- 2000 (Ecumênica) – Dignidade humana e paz
- 2001 – Vida sim, drogas não!
- 2002 – Fraternidade e povos indígenas
- 2003 – A fraternidade e as pessoas idosas
- 2004 – A fraternidade e a água
- 2005 (Ecumênica) – A Fraternidade e paz
- 2006 – Fraternidade e pessoas com deficiência
- 2007 – Fraternidade e Amazônia
- 2008 – Fraternidade e defesa da vida
- 2009 – Fraternidade e segurança pública
- 2010 (Ecumênica) – Economia e Vida
- 2011 – Fraternidade e a vida no planeta
- 2012 – Fraternidade e saúde pública
- 2013 – Fraternidade e Juventude
- 2014 – Fraternidade e Tráfico humano
- 2015 – Fraternidade: Igreja e Sociedade
- 2016 – Casa Comum: Nossa responsabilidade
- 2017 – Fraternidade: Biomas brasileiros e defesa da vida
- 2018 – Fraternidade e Superação da Violência
- 2019 – Fraternidade e Políticas Públicas
- 2020 – Viu, sentiu compaixão e cuidou dele
- 2021 (Ecumênica) – Fraternidade e diálogo: Compromisso de Amor
- 2022 – Fraternidade e Educação

- 2023 – Fraternidade e Fome

ANEXO B - Centros Comunitários acompanhados pela ASA

- Nossa Senhora de Medianeira – Cocisa
- Associação Vinte de Novembro – Cocisa
- Centro Comunitário Mãe Rainha – Coutos
- Grupo de Jovens Liberdade Já – Periperi
 1. Escola Semente do Amanhã
 2. Escola Comunitária Nova Constituinte
 3. Escola Santo Antônio
- Creche Beija Flor – Massaranduba –
- Instituto Daniel Comboni – Alto do Coqueirinho
- Associação Clara Amizade – Piatã
- Associação Criança e Família – Alto da Terezinha
- Centro Educacional Paulo VI – Valéria
- Capdever – Sussuarana
- Centro Comunitário São José Operário
- Projeto Criança Feliz – Fazenda Coutos
- Associação Nossa Senhora de Escada – Escada
- Projeto Crescer – Bairro da Paz
- Acopamec – Mata Escura
- Movimento Comunitário Chanpagnat
- Ceifar – Tancredo Neves
- Escola Irmãs da providencia – Sussuarana
- Casa do Sol – Cajazeiras V
- Centro Comunitário Nossa Senhora da Luz - Pituba
- Escola Comunitária Sol da Manhã – São Caetano
- Centro Educativo João Paulo II – São João do Cabrito
- Creche João Paulo II – São João do Cabrito
- Acopamec – Mata Escura

ANEXO C - Entidades e Pastorais que participaram da construção do 27º Grito das Excluídas e dos Excluídos

- Ação Social Arquidiocesana
- Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão – ACOPAMEC
- Cáritas Regional Nordeste 3
- Centro Afro de Promoção e Defesa da Vida – Capdever Motumbaxé
- Central de Trabalhadores do Brasil – CTB
- Centro de Estudos Bíblicos – CEBI Bahia
- Comunidade Kolping São Francisco de Assis – Boca do Rio
- Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP
- Frente Parlamentar Ambientalista
- Fórum Popular da Natureza
- Jubileu Sul Brasil
- Mandato da Vereadora Marta Rodrigues
- Mandato do Deputado Marcelino Galo
- Médicos pela Democracia
- Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe
- Pastoral Afro
- Pastoral da Juventude
- Pastoral da Sobriedade
- Projeto Força Feminina
- Rede *Espacio Sin Fronteras*
- Rede Um Grito pela Vida
- Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Bahia – SINDOMÉSTICO
- Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia – SINDAE
- UNISOL Bahia